



Câmaras Brasileiras do **Comércio**

Relatório de Atividades 2018

Câmaras
Brasileiras do
Comércio

Relatório de Atividades 2018

Rio de Janeiro – RJ



Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Relatório de Atividades 2018 - Câmaras Brasileiras do Comércio

Presidente: José Roberto Tadros

Vice-Presidentes: 1º – Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, 2º – Luiz Carlos Bohn, 3º – Lázaro Luiz Gonzaga. Abram Abe Szajman, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Arteiro da Silva, José Lino Sepulcri, José Marconi Medeiros de Souza, Josias Silva de Albuquerque e Raniery Araújo Coelho

Vice-Presidente Administrativo: Luiz Gastão Bittencourt da Silva

Vice-Presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Ademir dos Santos, Aderson Santos da Frota, Aldo Carlos de Moura Gonçalves, Alexandre Sampaio de Abreu, Antônio Florêncio de Queiroz Júnior, Ari Faria Bittencourt, Carlos de Souza Andrade, Edgar Segato Neto, Eliezir Viterbino da Silva, Hermes Martins da Cunha, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Junior, Jeferson Furlan Nazario, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Marcelo Fernandes de Queiroz, Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Cavalcante Filizola e Sebastião de Oliveira Campos

Conselho Fiscal: Domingos Tavares de Souza, Lélvio Vieira Carneiro e Valdemir Alves do Nascimento

Secretaria-Geral: Simone de Souza Guimarães

Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio (ACBC)

Organização e produção: Andréa de Marins Esteves e Rosana Oliveira (ACBC)

Colaboração: Gecom-CNC

Capa e diagramação: Ana Carolina Silveira (Programação Visual/Gecom)

Revisão: Elineth Campos

Câmaras do Comércio: Relatório de atividades / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – n.1, dez. 2013 – . Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2018.

n. 4, jan. 2018.

Anual.

Publicação eletrônica.

1. CNC. Câmaras do Comércio. I. Título.

Bibliotecário responsável: João Gabriel Bezerra – CRB-7: 6853

CNC - RIO DE JANEIRO

Av. General Justo, 307 - CEP: 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - BRASÍLIA

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14 - CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.cnc.org.br



APRESENTAÇÃO.....	4
INTRODUÇÃO	6
CÂMARA BRASILEIRA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS (CBCSI)	8
CÂMARA BRASILEIRA DE SERVIÇOS (CBS)	18
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO EXTERIOR (CBCEX).....	30
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS ÓPTICOS (CBÓPTICA)	38
CÂMARA BRASILEIRA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS (CBFARMA).....	46
CÂMARA BRASILEIRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CBMC).....	52
CÂMARA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CBTI)	60
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CBCGAL)	68
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS (CBCPAVE) ...	78
INFORMAÇÕES GERENCIAIS.....	86

Apresentação

O trabalho das Câmaras Brasileiras do Comércio, órgãos consultivos da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), cuja coordenação administrativa está a cargo da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio (ACBC), continuou em 2018 com um único interesse: debater os principais desafios de segmentos importantes para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Um desses desafios – os desdobramentos da aprovação da Lei de Modernização Trabalhista, em vigor desde 11 de novembro do ano passado – foi abordado diversas vezes em decorrência do impacto que essa mudança trouxe para a rotina das empresas. Com a valorização da negociação coletiva, o universo sindical precisou se adaptar – e isso não passou despercebido pelos integrantes das Câmaras.

Os debates também não deixaram de olhar para o futuro. Enquanto o comércio eletrônico se consolida como uma atividade fundamental, novas plataformas digitais, modalidades de pagamento e até o advento de criptomoedas passam a fazer parte do cotidiano dos empresários.

O trabalho integrado com as áreas técnicas da CNC, como a Assessoria junto ao Poder Legislativo (Apel), a Assessoria junto ao Poder Executivo (Apex), a Assessoria de Gestão das Representações (AGR), a Assessoria de Comunicação (Ascom) e as Divisões Jurídica, Sindical e Econômica, além do apoio estrutural da Confederação, do Sesc e do Senac, foram fundamentais para o bom desempenho dos encontros ao longo deste ano. A integração e o monitoramento dessas ações cabem à ACBC.

As Câmaras também contaram com a participação ativa dos representantes das Federações do Comércio, o que promove uma intensa troca de conhecimento e um intercâmbio de ideias que fortalecem todo o Sistema Confederativo do Comércio. O número de integrantes subiu de 210, no ano passado, para 225 em 2018, o que comprova o maior interesse das Federações em se aproximar dos debates setoriais a nível nacional.

A integração deu-se, ainda, pela circulação das informações produzidas em cada uma das reuniões para os integrantes de todas as Câmaras, selando o trabalho em conjunto, para que todas estivessem alinhadas em um trabalho coeso. Além do *Informe Câmaras*, boletim enviado por e-mail, as informações são também divulgadas no site da CNC, na revista *CNC Notícias* e também na TV CNC.

Para fortalecer as discussões, participaram convidados de diversos órgãos públicos e privados, como a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria (CBOO) e a Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), além de autoridades e especialistas, como a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) da 1ª Região, Vólia Bomfim.

Com isso, as Câmaras do Comércio cumprem seu papel de auxiliar a Confederação em sua tomada de decisões e na escolha das melhores ações para defender os interesses dos mais de 5 milhões de empresas brasileiras do comércio de bens, serviços e turismo e contribuir com um melhor ambiente de negócios para os nossos representados. Dessa maneira, podemos construir juntos um novo caminho para o desenvolvimento do Brasil.

Darci Piana

Vice-presidente Administrativo e coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio da CNC em 2018

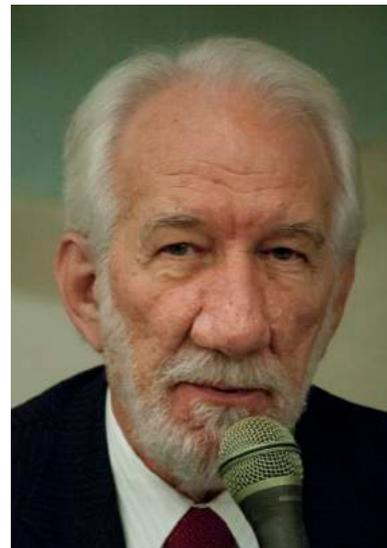


Imagem: Christina Bocayuva

Em junho de 2018, fui designado a desempenhar a coordenação do trabalho das Câmaras Brasileiras do Comércio da CNC, um trabalho pautado pelo comprometimento com a continuidade do excelente trabalho já desenvolvido ao longo de todo o ano.

Os debates realizados no âmbito das Câmaras do Comércio proporcionam um melhor entendimento dos problemas reais enfrentados diariamente pelos empresários dos setores representados. Cada câmara funciona como um termômetro dos temas de interesse desses segmentos (óptico, imobiliário, comércio exterior, tecnologia da informação, materiais de construção, autopeças, farmacêutico, gêneros alimentícios e serviços) e, como órgãos consultivos da Presidência da CNC, promovem o encaminhamento de ações que resultam em benefícios para os setores.

A CNC é o polo aglutinador de todas as demandas que vêm dos empresários e dos sindicatos por meio das Federações e as Câmaras. Ao reunir essas informações, contribuem para a construção do posicionamento da Confederação, que chega, por meio de suas áreas técnicas, aos mais diversos níveis nas três esferas do governo.

O intercâmbio de informações entre as nove Câmaras, em conjunto com o alinhamento com as áreas técnicas da CNC e uma participação cada vez maior das Federações do Comércio, contribui para um melhor posicionamento estratégico de todo o Sistema em relação aos temas de interesse do empresariado do comércio.

As Câmaras, cuja coordenação administrativa está a cargo da ACBC, vinculada à Vice-Presidência Administrativa da CNC, têm feito um trabalho muito profícuo, com sugestões importantes e auxiliando no subsídio aos diversos segmentos que as compõem para que tenhamos melhores condições de defender o comércio de bens, serviços e turismo. E com novas ideias e o mesmo propósito, seguimos rumo ao que nos espera no futuro.

Rubens Medrano

Diretor e coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio da CNC a partir de junho de 2018

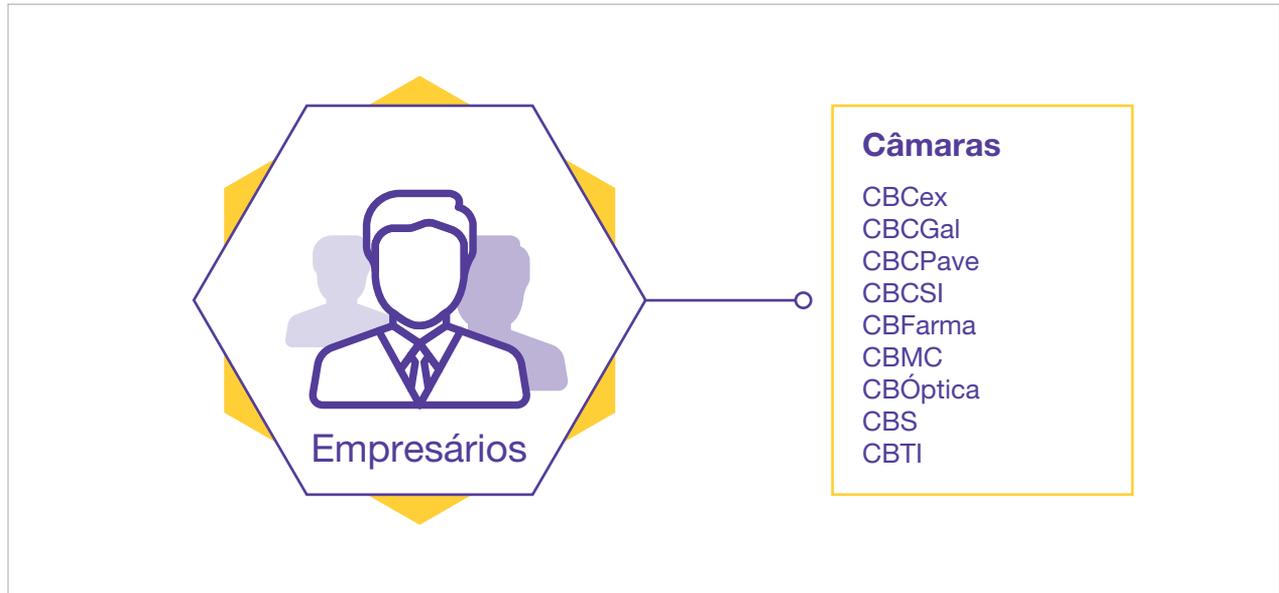


Imagem: Christina Bocayuva

Introdução



Câmaras da CNC



Objetivo das Câmaras

Órgãos consultivos da Presidência que têm o objetivo de realizar estudos e fornecer sugestões para as ações institucionais do Sistema Confederativo do Comércio (CNC-Sesc-Senac-Federações), no apoio e na defesa dos interesses das categorias econômicas por elas representadas, e são compostas por lideranças empresariais e sindicais dos respectivos setores.

Visão das Câmaras

Espaço efetivo para propor, apoiar e acompanhar ações voltadas ao desenvolvimento do setor que representam.

Composição das Câmaras



CBCSI



Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI)

Coordenador

Pedro José Wähmann



Imagem: Paulo Negreiros

Integrantes

- Carlos Samuel Freitas
- Cássia Amorim Ximenes
- Fernando Amorim Willrich
- Fernando Gonçalves dos Reis
- Fernando Rezende Carvalho
- Germano Botelho Belchior
- Helmeson César Machado
- Hubert Gebara
- Ioav Blanche
- José Roberto Graiche Júnior
- Juarez Gustavo Soares
- Kelsor Fernandes
- Leandro Ibagy
- Luiz Antônio Langer
- Luiz Carlos Borges da Silva
- Márcio Luiz de Oliveira Gomes e Silva
- Marco Sérgio Pessoz
- Marcos Augusto Netto
- Moacyr Schukster
- Moira Regina Toledo Bossolani
- Nilo Zampieri
- Ovídio Maia Filho
- Pedro Carsalade
- Renato Alexandre Maciel Gomes
- Roberto Sérgio Cunha
- Sérgio Antônio Jardim Cogoy
- Sérgio Luiz dos Santos
- Veronildo da Silva Holanda

Quantidade total de integrantes:

29

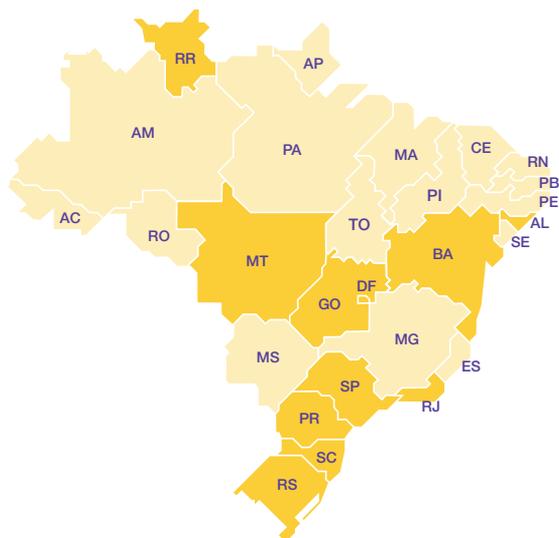
Outros integrantes:

- AABIC-SP
- AADIC-CE
- ABADI-RJ
- ADEMI-ES
- APISB-Chave Fácil-PR
- ABMI
- OAB-SC
- Rede Avançada de Locação (RAL)
- SECOVI-MG
- SECOVI-MS
- SECOVI-PE
- SECOVI-RN
- SECOVI-SUL-SC
- SECOVI-TO

Reuniões em 2018:

- 14/03 – CNC/DF
- 20/07 – CNC/RJ
- 05/12 – CNC/DF

Estados integrantes do Sicomércio na CBCSI



Objetivos identificados

- Encaminhar, por intermédio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio, estudos e sugestões para subsidiar a Diretoria da CNC, no que diz respeito à ação política em defesa dos problemas que mais interferem no segmento representado pelos Secovis do Brasil, disponibilizando informações específicas do segmento até as metas desejadas para defesa de interesses do setor de comércio e serviços imobiliários;
- Debater, por intermédio das Coordenações Temáticas e do Plenário da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários, ações de tratamento de problemas pontuais oriundos do ambiente legislativo e do próprio ambiente de mercado, além daqueles de interesse comum;
- Fomentar a união e o pensamento nacional dos Secovis por meio do Encontro Nacional dos Executivos dos Secovis do Brasil; e
- Fortalecer a articulação com outras entidades da cadeia produtiva.

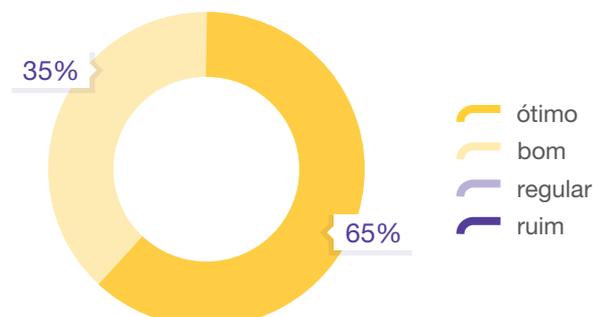
Temas abordados nas reuniões

- Avaliação sobre o recebimento da Contribuição Sindical 2018;
- Criptomoedas nas negociações imobiliárias;
- Conami 2020;
- Perspectivas 2018;
- Reforma Trabalhista;
- Questões relativas ao Síndico externo – PL 6.518/2009 e PL 9.869/2018;
- STF – Recurso Extraordinário (RE) 605709 – 1ª Turma afasta penhorabilidade de bem de família do fiador na locação comercial;
- Impenhorabilidade – PL 2.386/2015;
- Distratos – PLC 68/2018;
- Concentração de matrícula – PL 10.375/2018;
- Multipropriedade – PL 10.287/2018;
- IV Enesb;
- Seguro de fiança locatícia;
- Condomínios; e
- Locação – PLS 39/2016

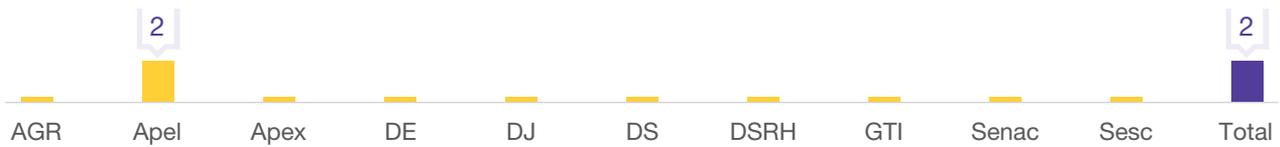
Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Participação das Áreas Técnicas na CBCSI-2018



Comunicações da Câmara

Mercado imobiliário tem boas expectativas para este ano

Imagem: Paulo Negreiros



Pedro Wähmann, coordenador da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI): parceria com administradoras de condomínios é fundamental

A Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou sua primeira reunião do ano em 14 de março, na CNC em Brasília, para dar continuação aos debates sobre temas de interesse e projetar ações futuras.

O encontro do órgão consultivo da CNC contou com a participação de representantes dos sindicatos da habitação (Secovis) de todo o País, constituídos por empresas de compra, venda, locação, administração de imóveis e de condomínios residenciais e comerciais.

O coordenador da CBCSI e presidente do Secovi-RJ, Pedro Wähmann, apresentou ao grupo novos mem-

bros da Câmara e deu início às discussões, apontando a necessidade da tomada de medidas por parte dos Secovis após o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, uma das principais fontes de receita dos sindicatos. “A parceria estratégica com as administradoras de condomínios é uma ação fundamental que devemos manter. Elas dão grande apoio à divulgação dos trabalhos e da importância dos Secovis”, disse.

O diretor superintendente do Secovi-SP, Adelmo Felizati, concordou com Wähmann sobre a urgência de adaptação ao novo cenário e citou algumas medidas já implementadas pelo Secovi paulista para gerar fontes de receita. “Nós temos uma universidade que oferece mais de 60 cursos por ano, temos um centro

de convenções para a promoção de eventos do ramo imobiliário e realizamos certificação digital para todos os associados e representados, por exemplo. Mas acredito que o grande caminho são as campanhas de associação, pois a empresa associada contribui porque percebe a importância das ações do Secovi”, explicou.

Seguindo a mesma linha, a presidente do Secovi-MG, Cássia Ximenes, destacou a importância de ampliar o quadro de associados e buscar alternativas para gerar receita. “Um exemplo em Minas Gerais é o Data Secovi, uma ferramenta de pesquisa destinada aos nossos associados que gera dados sobre o mercado imobiliário de acordo com a demanda, separada por região e bairro. Essa tecnologia está dando uma nova utilidade e roupagem ao nosso sindicato”, exemplificou Ximenes.

Segmento imobiliário em 2018

Sobre as perspectivas para os próximos meses do segmento imobiliário, o coordenador de locação da CBCSI, Leandro Ibagy, observou que o quadro é cada vez mais positivo, apesar da crise política e econômica que abalou o País nos últimos anos. “Houve um período de queda na confiança, juros elevados, aumento da inflação e desemprego que causou uma série de dificuldades ao nosso segmento. O modal aquisitivo deu lugar ao modal locatício, devido às condições econômicas, mas me parece que de maneira geral está havendo uma retomada que caminha para um cenário positivo”.

Segundo Ibagy, a crise política está começando a se desvencilhar da econômica, o que traz mais confiança às partes envolvidas no mercado imobiliário.

“A desenvoltura da área de compra e venda no Brasil, no primeiro trimestre de 2018, em contraste com o mesmo período do ano passado é superior em 9,4%, que é um número interessante. Nós ainda temos um mercado pungente e devemos utilizar essa característica para criar um ambiente cada vez mais favorável, com taxa de juros mais adequada”, concluiu.

Criptomoedas e mercado imobiliário

A reunião da CBCSI também contou com uma apresentação do ex-presidente do Secovi-MG Ariano Cavalcanti sobre a consolidação das criptomoedas como meio de transações econômicas e sua influência no ramo imobiliário.

De acordo com Cavalcanti, alguns países e federações, como os Emirados Árabes Unidos, estão implementando o uso dessa plataforma para selar negociações, incluindo as imobiliárias, com intuito de dar celeridade e transparência ao processo. “O governo de Dubai determinou que até 2020 todas as informações cartoriais e estatais estarão disponíveis em blockchain, que é a tecnologia utilizada em transações de criptomoedas. Na visão deles, isso vai impulsionar o mercado e eliminar violações”, exemplificou.

Cavalcanti também lembrou que é preciso estar atento aos efeitos dessa inovação no Brasil, pois alguns cartórios de registro de imóveis em território nacional já operam com essa ferramenta, e o Superior Tribunal de Justiça tem acatado a legalização de transações ou contratações imobiliárias por meio de moeda que não seja o real.



Imagem: Paulo Negreiros

Para empresários do segmento, crise política está começando a se desvencilhar da econômica, o que gera mais confiança e otimismo

CBCSI debate danos ao sistema de fiança e desafios do setor



Imagem: Christina Bocayuva

Pedro Wähmann (ao microfone): é preciso estar atento às novidades do mercado

Representantes do setor imobiliário estiveram, no dia 20 de julho, em encontro da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), promovido na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Rio de Janeiro. Os integrantes da reunião, coordenada por Pedro Wähmann, diretor da Confederação e presidente do Secovi Rio, debateram os principais temas que têm impactado o segmento.

Entre os destaques, a CBCSI tratou sobre o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 605709, realizado pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que afastou a hipótese de penhorabilidade do bem de família do fiador em locações comerciais. Segundo Rubens Carmo Elias Filho, presidente do Conselho da Associação das Administradoras de Bens Imóveis e Condomínios de São Paulo (AABIC), que falou em vídeo, o assunto já havia sido julgado em outra turma do próprio STF. “Cabe recurso de embargos de divergência para uma nova discussão, uma vez que essa matéria já havia sido decidida por outra turma e pelo Pleno do Tribunal”, informou Rubens.

O não reconhecimento da penhorabilidade dos bens do fiador traz insegurança jurídica a um mercado que tradicionalmente se apoia na fiança como um dos principais meios financeiros para as locações.

“A fiança é gratuita e favorece muito o locatário, reduzindo custos e tornando mais propícia a operação de locação de imóvel em relação a outros tipos de garantias previstas na Lei”, disse Rubens.

Ele também explicou que, além dos embargos, a participação das entidades do setor é fundamental para demonstrar que a penhora de bens não é uma análise que possa ser feita do ponto de vista individual. “É preciso fazer uma análise maior, sistemática, econômica. Essa decisão afasta a responsabilidade patrimonial do fiador e pode ter impacto em locações futuras”, concluiu Rubens.

Novas tecnologias

O surgimento de startups que facilitam a mediação na locação de imóveis por meio de plataformas na internet também foi um dos assuntos levantados para discussão na CBCSI.

Para Cássia Amorim Ximenes, presidente do Secovi-MG, o mercado precisa se adaptar para entender a nova realidade do consumidor, e, para isso, os negócios tradicionais precisam observar as boas práticas e aprender com esse novo modelo de negócio. “Temos condições e capacidade de enfrentar essa nova realidade, fazendo um trabalho sério, trocando informações e encontrando formas de trabalhar com dados.

Saber atender o cliente da forma que ele quer ser atendido”, disse.

Para Pedro Wähmann, coordenador da CBCSI, é preciso estar atento às novidades do mercado, pois a revolução tecnológica é uma realidade. “Empresas que souberem olhar fora da caixa com certeza vão evoluir e sobreviver, apoiadas na credibilidade construída com anos de trabalho sério e prestação de serviços únicos no setor. Somente a tecnologia não será suficiente para seduzir clientes, já que tanto na locação como na corretagem de imóveis a grande maioria dos negócios sempre dependerá de intermediações interpessoais”, explicou Wähmann.

Síndico externo

A CBCSI também debateu dois projetos de lei (PLs) relativos à atividade de síndico externo: o PL 6.518/2009, que trata da autorização para condomínios contratarem síndico externo; e o PL 9.869/2018, que regulamenta a profissão de síndico.

Segundo Laura Suárez, coordenadora de Assuntos Legislativos do Secovi Rio, houve a atuação do sindicato para que houvesse ajustes no texto do PL 6.518, que já tramita há uma década. O texto anterior tratava da contratação do síndico como empregado, porém de forma subordinada. O texto sugerido pelo Secovi Rio, que foi bem compreendido pelo autor do PL, desfaz essa interpretação do texto original, uma

vez que não é possível atribuir ao síndico subordinação. O texto também deixa a cargo das assembleias condominiais as regras de contratação. O PL aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Já o PL 9.869/2018 dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de síndico administrador de condomínios. O posicionamento do Secovi Rio, com a concordância dos demais integrantes da CBCSI, é contrário ao PL, uma vez que o síndico tem um mandato civil, outorgado pela assembleia de condôminos, e não há sustentação fática ou legal para que seja regulamentado como profissão.

Multipropriedade

A Câmara também debateu questões relacionadas à multipropriedade, conceito que envolve a propriedade compartilhada de um bem entre vários proprietários, com aproveitamento econômico de uma coisa, móvel ou imóvel, em unidades fixas de tempo. Está sendo feito o acompanhamento do PL 10.287/2018. O texto abre a possibilidade de um administrador profissional externo que gere a partilha do imóvel. Será apresentada uma sugestão de emenda ao texto original estabelecendo que essa atividade deve ser feita por “uma administradora constituída sob a forma empresarial com a atividade principal de gestão e administração da propriedade imobiliária”.



Imagem: Christina Bocayuva

Integrantes da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários, no Rio de Janeiro

CBCSI faz retrospectiva e planeja suas ações para 2019-2023

A Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), conduzida pelo seu coordenador, Pedro Wähmann, realizou, no dia 5 de dezembro, a última reunião do ano. Ocorrido na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em Brasília, o encontro foi marcado pela retrospectiva de ações realizadas entre 2005 e 2018 – além de propostas de trabalho para o novo ano voltadas para defesa do setor e melhoria do ambiente empresarial – e pela segurança jurídica dos negócios imobiliários.

O coordenador da Câmara divulgou, no início da reunião, a realização do 20º Congresso Nacional do Mercado Imobiliário, o Conami 2020, programado para ocorrer em São Paulo.

A cada dois anos, empresários e profissionais do setor imobiliário brasileiro reúnem-se no Congresso. A 19ª edição do evento foi realizada em Salvador (BA) com o tema principal “Mercado Imobiliário: presente e futuro”.

O Conami é o principal fórum nacional de debates de temas do setor imobiliário que reúne empresários, profissionais que atuam em administradoras, gestores condominiais, advogados, síndicos, corretores e demais interessados que dele participam.

Debates setoriais alongaram-se entre os membros da Câmara, a fim de obter alinhamento de atividades de cada Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Comerciais (Secovi) e das Associações do mercado imobiliário de todo o País, especialmente quanto a temas de maior preocupação. Como o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 39/2016, que altera o art. 37 da Lei nº 8.254, de 18 de outubro de 1991, para facultar ao locatário de imóvel urbano a escolha da garantia locatícia. “O Projeto vai na contramão e pode complicar o desenvolvimento do setor”, disse Leandro Ibagy, coordenador de locação da CBCSI e vice-presidente do Secovi-SC. Ele tranquilizou os membros da Câmara ao informar que tem tratado com parlamentares visando à modificação da proposição.



Imagem: Paulo Negreiros

Coordenador da CBCSI, Pedro Wähmann, toma a palavra na abertura da reunião da câmara, realizada em Brasília

Retrospectiva 2005-2018

A Coordenação da CBCSI apresentou aos membros presentes uma retrospectiva dos trabalhos da Câmara ao longo de mais de uma década de ações no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, em prol do setor imobiliário. “Vamos seguir na defesa e apresentar proposições de melhoria do ambiente de negócios da nossa representação”, afirmou Wähmann.

Coordenador de Condomínios da CBCSI e presidente do Secovi/RS, Moacyr Schukster defendeu como estratégia primária a importância da comunicação entre os representantes e os representados. “O empresário do setor deve saber o trabalho diferenciado realizado pela CBCSI em seu favor, como o monitoramento de ações no Legislativo, no Executivo e no Judiciário que ameaçam suas atividades e a legitimidade delas”, disse Schukster.

Legislativo

No Legislativo, a CBCSI tem acompanhado cerca de 300 projetos de lei. Entre eles, destacam-se a preservação das garantias locatícias; a sustentabilidade financeira dos condomínios; e as relações comerciais dos empreendedores de shopping centers.

“A Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários tem participação direta na construção de novas legislações nos Projetos vigentes e em tramitação”, afirmou Wähmann.

A retrospectiva apontou alguns projetos que foram aprovados e estão em vigor, como: a Lei nº 12.112/2009 (nova lei do inquilinato); os contratos *built-to-suit*; e dois projetos de lei: do corretor associado e o que ampara o título executivo da quota condominial.

Entre os que estão em tramitação, destacam-se dois projetos de lei: o que aborda os terrenos de Marinha e o de rescisão dos contratos de compra e venda (distrato).

Em abordagem específica sobre o distrato, discutiu-se o PLC nº 68/2018, cujo texto: i) altera a Lei de Incorporação Imobiliária para disciplinar a resolução de contrato de aquisição de unidade ou de lote urbano; ii) fixa pena de 25% dos valores pagos, ou de 50% se constituído patrimônio de afetação; e iii) altera a forma de devolução do valor remanescente ao adquirente após as deduções previstas, se houver. No mesmo dia da reunião da CBCSI, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto final que seguirá para sanção presidencial, encerrando a discussão de vários anos que impactava a segurança jurídica do setor.

A CBCSI está monitorando a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 9.851/2018, do deputado Lelo Coimbra (MDB-ES), sobre os terrenos de Marinha. Sob análise da Câmara dos Deputados, ele prevê que a União não poderá cobrar taxas de imóveis localizados em regiões cujos mapas não tenham sido publicados on-line dentro do prazo. O texto proíbe, ainda, cobranças posteriores relativas ao período entre o fim do prazo e o da publicação dos referidos mapas. “Um incorporador imobiliário não pode assumir o risco de adquirir um terreno e ser posteriormente surpreendido com a informação de que o terreno é de Marinha”, justificou Coimbra.

“O condomínio continua sendo a bola da vez. Temos 121 projetos de lei e mais cerca de 300 apensados que dizem respeito aos condomínios, como, por exemplo, a criação de síndico profissional exclusivamente como pessoa jurídica”, disse Schukster, ressaltando que o síndico é uma função, não uma profissão.

Judiciário

No judiciário, a retrospectiva passou por processos que tratavam da extensão da fiança até efetiva entrega das chaves, em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ); e também a penhora do bem único do fiador em locação comercial, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Sobre a recente decisão do STF de que, em contrato de locação comercial, o fiador do locatário (ou inquilino) não pode ter seus bens penhorados apenas em locação residencial, os empresários aguardam um possível entendimento de que a penhorabilidade do bem de família é possível tanto na locação residencial quanto na comercial. A CBCSI adotou as devidas providências para intervir no processo tão logo o Acórdão seja publicado pelo STF.

Executivo

No executivo, a atuação tem sido feita no Conselho das Cidades, do Ministério das Cidades (MCCidades); na Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda (MF); na Delegacia da Receita Federal do Brasil (RFB); no Ministério do Trabalho (MTb); na Superintendência de Seguros Privados (Susep); e no Conselho Curador do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Planejamento para 2019-2023

A renovação do Congresso Nacional traz novas oportunidades para apresentação das preocupações e proposições do setor de comércio e serviços imobiliários. Os assuntos que vão afetar o futuro do setor serão debatidos pelos parlamentares eleitos nos próximos quatro anos. É importante que eles conheçam os representantes do setor.

Para a ação “Um Dia no Congresso Nacional”, prevista para março, os membros da CBCSI já concluíram o mapeamento dos parlamentares eleitos. Na ocasião, representantes dos Secovis e Associações se reunirão com os deputados federais e senadores para entrega de perfil do mercado imobiliário e os principais temas do setor.

Galeria de fotos

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Paulo Negreiros

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Christina Bocayuva

Imagem: Paulo Negreiros



CBS



Câmara Brasileira de Serviços (CBS)

Coordenador
Jerfferson Simões

Imagem: Paulo Negreiros



Quantidade total de integrantes:
28

Outros integrantes:

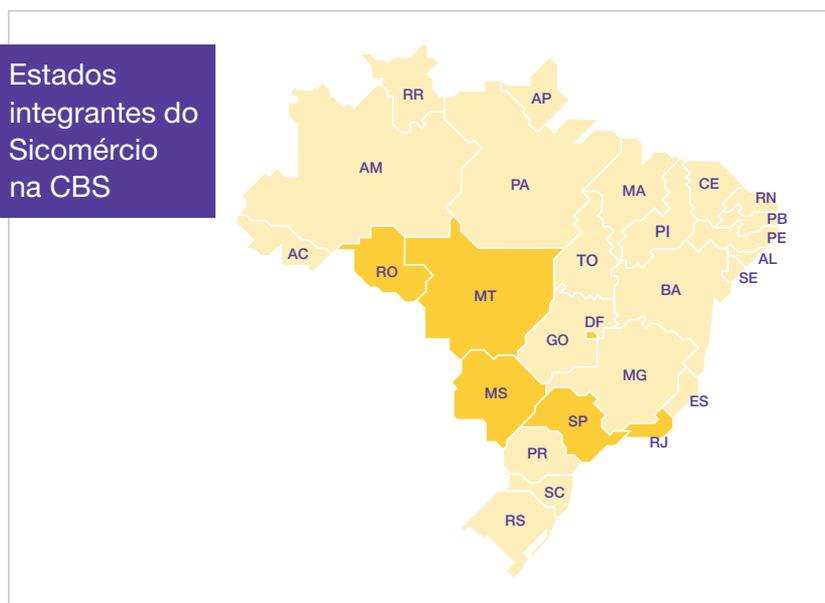
- ABERT
- ABES
- ABESE
- ABF
- ABRASCE
- ABRH BRASIL
- AEPS-RJ
- BRASSCOM
- CEBRASSE
- FENASERHTT
- FRENTE PARLAMENTAR DE SERVIÇOS
- SINDEPRESTEM-SP
- SINFAC-RS
- SIRECOM-PR

Reuniões em 2018:

- 18/04 – CNC/DF
- 04/07 – CNC/DF
- 03/10 – CNC/DF

Integrantes

- Aguinaldo Rodrigues
- Artur Renato Brito de Almeida
- Cátilo Cândido
- Daniel da Silva Amado Felício
- Daniel Mansano
- Edgar Segato Neto
- Emerson Casali
- Ermínio A. de Lima Neto
- Francisco Camargo
- Jeferson Furlan Nazário
- João Batista Diniz Júnior
- João Flavio Barbosa Sales
- José Carlos Barbosa Lopes
- José de Alencar L. Magalhães
- Márcio Henrique Vincenti Aguilar
- Maria Cristina Cameirão da Motta Franco
- Maurice Braunstein
- Odair Conceição
- Paulo Cesar Nauiack
- Raniery Araújo Coelho
- Renato Fortuna Campos
- Ricardo Costa Garcia
- Selma Migliori
- Sérgio Approbato Machado Júnior
- Sérgio Paulo Gallindo
- Vander Morales
- Wolnei Tadeu Ferreira



Objetivos identificados

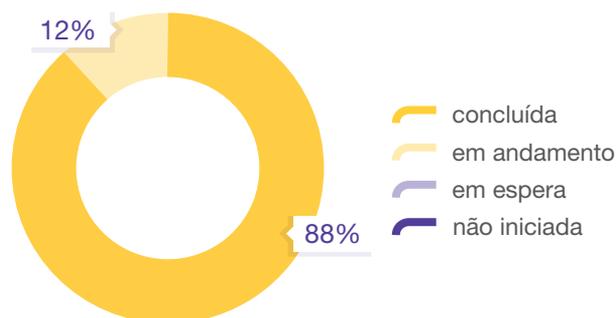
- Aumentar o número de representantes na Câmara Brasileira de Serviços (CBS), dando maior representatividade ao setor de Serviços no Brasil;
- Trabalhar nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na defesa do setor de Serviços, com o apoio da CNC;
- Acompanhar no Congresso Nacional os Projetos de Lei de interesse do setor de Serviços no Brasil, bem como as reformas Tributária e Previdenciária; e
- Pesquisa do setor de Serviços.

Temas abordados nas reuniões

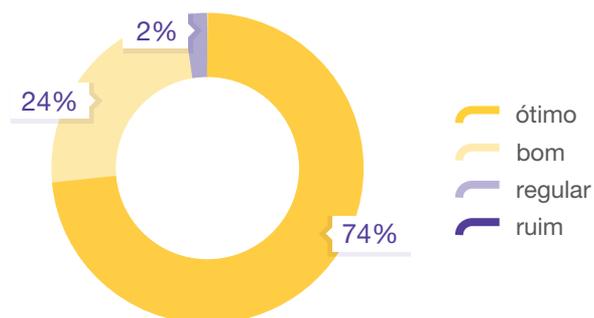
- Reforma Tributária;
- ADI 5.766, proposta pela Procuradoria-Geral da República, contra a Reforma Trabalhista;
- Importância da criação das Comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem;
- Incidente de Inconstitucionalidade do artigo 702 da CLT, no âmbito do TST – Trata da Jurisprudência, principalmente do estabelecimento e da alteração de Súmula, e na aplicabilidade da lei mediante Instrução Normativa, sem participação das entidades sindicais, mas tão somente dos Ministros do TST;
- Impacto da Instrução Normativa 5 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no setor de Serviços;
- Medida Provisória nº 808/2017 – Reforma Trabalhista;
- PL 6.814/2017 – Lei de Licitação;
- PLS 487/2013 – Reforma do Código Comercial;
- Substitutivo 6/16 ao PLS 135/2010 – Estatuto da Segurança Privada;
- Reforma Trabalhista e análise das ADIs contrárias à mesma;
- Questão do Acordado sobre o Legislado da Reforma Trabalhista;
- Reflexos da redução da contribuição sindical ante as ADIs que estão para ser avaliadas no STF;
- Aprendiz x MPT x Exclusão Cláusula CCT;
- Não incidência do ISS sobre PIS e Confins;
- Cadastro positivo;
- ESC – Empresa Simples de Crédito;
- PLS 5.100/2013 – Estabelece que a atualização financeira dos contratos de serviço passa a ser obrigatória na data-base da categoria, devendo haver disposição expressa nos termos assinados;
- PL 2.694/2015 – Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências;
- PLC 30/2015 – Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes;
- PLC 53/2018 – Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014;
- Qualificação Profissional;
- Lei nº 13.709/2018 – Proteção de dados pessoais;
- ADPF 324 – Decisão da Justiça do Trabalho contra a Terceirização;
- RE 958252 – Ilícitude da terceirização na atividade fim;
- RE 607642 – Não cumulatividade do PIS para prestadores de serviços;
- RE 791932 – Que trata da terceirização na atividade inerente, concessionária de serviços públicos;
- Portaria Interministerial nº 3, de 11 de setembro de 2018 – Dispõe sobre o procedimento de contratação de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, em atendimento ao disposto nos arts. 5º e 6º do Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018, bem como sobre a fiscalização de seu cumprimento;

- Instrução Normativa 146/2018 – Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento das normas relativas à aprendizagem profissional;
- PLS 342/2018 – Acrescenta o § 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante;
- PLS 343/2018 – Veda a terceirização de mão de obra em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais;
- PLS 345/2018 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais;
- PL 10.372/2018 – Comissão Especial de Combate ao Crime Organizado – utiliza verba do Sistema “S” – Introduce modificações na legislação penal e processual penal para aperfeiçoar o combate ao crime organizado, aos delitos de tráfico de drogas, tráfico de armas e milícia privada, aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça e crimes hediondos, bem como para agilizar e modernizar a investigação criminal e a persecução penal, segurança pública;
- PLS 359/2018 – Revoga a Reforma Trabalhista, conservando a extinção da obrigatoriedade do imposto sindical; e
- Limites das negociações coletivas no cenário atual.

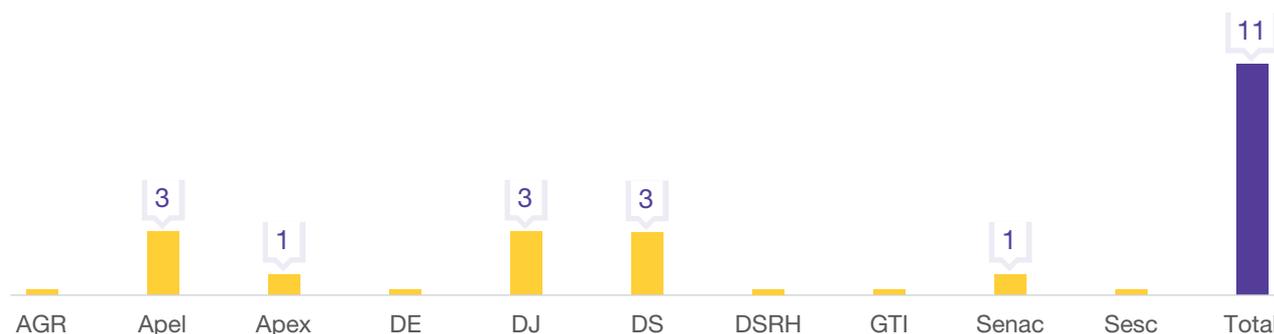
Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Participação das Áreas Técnicas na CBS-2018



Comunicações da Câmara

Câmara de Serviços analisa efeito das reformas governamentais

As matérias legislativas que impactam o segmento de serviços centralizaram grande parte dos debates na primeira reunião do ano da Câmara Brasileira de Serviços (CBS) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 18 de abril, em Brasília. Os membros do grupo ouviram exposições do vice-presidente da Confederação e deputado federal Laércio Oliveira (PP-SE) e dos advogados Roberto Lopes, da Divisão Sindical, e Ary Soares, da Divisão Jurídica da CNC, que elucidaram questões colocadas em pauta e abriram espaço para debate.

Em sua fala, Laércio destacou o empenho da entidade em defender a aprovação do Projeto de Lei nº 1.572/2011, que pretende instituir o novo Código Comercial, e observou que o Projeto reduz significativamente a burocracia que envolve o meio empresarial. “Creio que até o final de maio será possível aprovar o Projeto na comissão especial, e então iniciaremos uma força tarefa para levar a pauta ao plenário, junto

com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia”, afirmou o parlamentar.

Ao abordar o fim da contribuição sindical compulsória, Laércio Oliveira destacou: “Mesmo com o trabalho das entidades aqui representadas, que é legítimo e substancial aos empreendedores do País, nós sofremos queda na contribuição. É preciso reforçar a união entre a classe para mostrar a importância da nossa representatividade”, finalizou.

O coordenador da CBS, Jerfferson Simões, falou sobre o trabalho do deputado como representante dos empresários, “exercendo sua função sem medir esforços em prol do desenvolvimento da área de serviços”.

Reforma trabalhista

O novo cenário que começa a se estabelecer após a aprovação da Lei nº 13.467/2017, que concebeu a reforma trabalhista com alterações significativas



Imagem: Paulo Negreiros

Ao microfone, Laércio Oliveira defendeu o novo Código Comercial e a simplificação tributária



Imagem: Paulo Negreiros

Membros da Câmara Brasileira de Serviços se reuniram na CNC em Brasília

na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi comentado pelo advogado da Divisão Sindical da CNC Roberto Lopes.

Segundo ele, até o momento foram movidas 19 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) contra a Lei nº 13.467/2017. Dessas, 14 dizem respeito ao retorno da contribuição sindical compulsória, e uma delas foi proposta por uma entidade patronal. “Embora todos tenhamos sido atingidos pela nova contribuição sindical facultativa, as entidades patronais já vinham criando mecanismos para monitorar essa situação adversa, quando a mesma era compulsória, até por estarem acostumadas a considerar a inadimplência na hora de balancear as contas. Já as entidades laborais, que nunca experimentaram a inadimplência, estão tendo mais trabalho para controlar a situação”, explicou.

O representante da Assessoria junto ao Poder Legislativo (Apel), Reiner Leite, participou da reunião e destacou, sobre o assunto, que a Medida Provisória nº 808/2017 não deve prosperar. A MP altera alguns pontos da reforma trabalhista e, caso o Congresso não aprovasse as alterações até o dia 23 de abril, as regras voltariam a ser aplicadas conforme foram sancionadas, em 11 de novembro.

“A possibilidade de que o governo coloque o assunto em pauta durante um ano eleitoral pode ser praticamente descartada. A comissão que iria anali-

sar a proposta sequer foi formada até agora”, disse o assessor da Apel.

Reforma tributária

Já a almejada reforma tributária, que objetiva a simplificação na arrecadação dos tributos e a racionalização da carga tributária para tornar a arrecadação mais eficaz, continua adiada. O advogado da Divisão Jurídica da CNC Ary Soares afirmou que a pauta continua sem evolução. “O quadro conturbado da política brasileira nos últimos anos impediu que o assunto fosse trazido à tona. No início deste mês, o Congresso derrubou o veto ao Refis das micros e pequenas empresas, que trará algumas vantagens ao setor, mas a reforma propriamente dita segue emperrada”, afirmou.

Por fim, o diretor político-parlamentar da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Valdir Pietrobon, classificou a reforma tributária como a mais urgente. “Não adianta fazer reforma trabalhista e previdenciária se não houver dinheiro em caixa, por isso a reforma tributária deveria ser aprovada antes das outras. É preciso que as grandes entidades sindicais se mobilizem para mostrar à sociedade que essa é uma conta de todos nós, não apenas do empresário, e tornem esse assunto de interesse nacional”, concluiu.

Câmara Brasileira de Serviços avança na defesa de interesses

Os processos judiciais contra a modernização das relações de trabalho, os avanços nas ações de defesa de interesses e as proposições legislativas que podem afetar o setor de serviços em tramitação no Congresso Nacional foram os destaques da reunião da Câmara Brasileira de Serviços (CBS). O encontro foi promovido em 4 de julho, em Brasília.

O advogado Guilherme Köpfer, da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), falou sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou constitucional a extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical. Comentou, ainda, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.826, questionando a nova redação do Art. 443, *caput* e § 3º, e a inclusão do Art. 452-A na CLT, que disciplinam o trabalho intermitente. Köpfer informou que a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República manifestaram-se pela constitucionalidade dos dispositivos.

Os participantes discutiram também regras para a contratação de aprendizes. O coordenador Jerfferson Simões citou a Instrução Normativa (IN) nº 5, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e

Gestão, “que traz muitos transtornos às empresas”. Sua adoção é obrigatória em qualquer contratação de prestação de serviços.

Na reunião, a chefe da Assessoria junto ao Poder Executivo (Apex) da CNC, Marjolaine do Canto, disse que, em nome da Confederação, agendará reuniões com os ministros do Trabalho e do Planejamento. Será a oportunidade, adiantou, para que os dirigentes das entidades que compõem a Câmara mostrem suas dificuldades e apresentem argumentos para cumprir a Lei dentro de condições razoáveis e reduzir o impacto da rigidez da norma.

ISS no cálculo do PIS/Cofins

O advogado Fernando Mello, da Divisão Jurídica da CNC, falou sobre o Recurso Extraordinário (RE) nº 592616, em que o STF discute a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na base de cálculo do PIS e da Cofins. O RE tem como relator o ministro Celso de Mello.

O advogado da CNC falou, ainda, sobre o Cadastro Positivo, matéria votada e aprovada na forma do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 441/2017, que visa aperfeiçoar a Lei nº 12.414/2011, que dispõe sobre banco de dados com informações sobre adimplência de pessoas físicas e jurídicas. Segundo Mello, a matéria é de interesse de toda a sociedade, “pois é inegável que o crédito é um dos motores da economia”.

Ademais, as informações são importantes para quem oferece o crédito, bem como para aquele que pretende tomá-lo, proporcionando ao bom pagador a possibilidade de taxas de juros menores, considerando seu bom histórico.

Finalmente, informou da aprovação, em Comissão Especial da Câmara dos Deputados, do PLP nº 341/2017, do deputado Jorginho Mello (PR-SC), que cria a Empresa Simples de Crédito (ESC). A iniciativa visa estimular o acesso e a oferta de crédito para micros e pequenas empresas.

Imagem: Paulo Negreiros



Marjolaine do Canto, da Apex/CNC, e Jerfferson Simões, coordenador da CBS



Empresários e executivos de entidades do setor de serviços discutiram problemas que têm implicações nos negócios

Proposições legislativas

O assessor legislativo da Confederação Reiner Leite destacou o Projeto de Lei (PL) nº 1.292/1995, que cria a nova Lei de Licitações, o qual tem o apoio da CNC. A intenção é modificar a legislação, fazendo com que o preço não seja mais o fator decisivo para a determinação do vencedor de uma licitação.

Outro projeto com posição favorável da CNC é o Substitutivo nº 6/2016 ao PLS 135/2010, o qual cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. A Confederação faz ressalva à supressão do Artigo 29, § 5º, que constava do texto original, em que o cumprimento da cota vinculava-se ao quadro administrativo da empresa, e não a todo o efetivo da organização.

A CNC também é favorável ao PL nº 5.100/2013, do deputado Laércio Oliveira (PP-SE), estabelecendo que a atualização financeira dos contratos de serviço passa a ser obrigatória na data-base da categoria.

Por fim, o assessor legislativo falou sobre o PLC nº 30/2015, do ex-deputado Sandro Mabel,

dispondo sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho decorrentes. Reiner explicou que o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), aprovou o PLC 195/2015, que tramitava em conjunto. O texto aumenta o tempo limite para os contratos de prestação de serviços entre empresas terceirizadas.

Avaliação

Ao avaliar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Câmara, o coordenador, Jerfferson Simões, disse que, como órgão consultivo da Presidência da CNC, a CBS tem apoio muito forte da entidade para defender os interesses do segmento. “Isso se dá tanto na sustentação técnica oferecida por especialistas da entidade, que esclarecem os integrantes do colegiado, mostrando caminhos sobre a melhor forma de atuação, como de executivos, que dão suporte a ações no Executivo, especialmente ministérios”, analisou.

Câmara de Serviços debate ações do Senac para o setor produtivo

As ações do Senac para o setor produtivo, projetos de interesse em tramitação no Legislativo e questões como terceirização e responsabilidade sobre o sigilo das informações pessoais foram debatidos durante a reunião da Câmara Brasileira de Serviços (CBS). O encontro foi realizado em 3 de outubro, em Brasília.

A responsável técnica em representações da Gerência de Desenvolvimento Educacional do Senac Nacional, Kelly Lima Teixeira, fez uma apresentação sobre as ações educacionais da entidade. Ela destacou especialmente aquelas vinculadas às demandas do setor produtivo.

Kelly citou a criação, em 2014, dos fóruns setoriais, uma iniciativa cujo intuito é escutar o mercado. Para isso, reúne, entre outros, organizações, acadêmicos, representantes de sindicatos e órgãos públicos para discutir ocupações relacionadas ao comércio de bens, serviços e turismo.

“A presença da assessora técnica do Senac foi importante para que os integrantes da Câmara tomassem conhecimento do que a entidade oferece em termos de qualificação de trabalhadores”, explicou o coordenador da CBS, Jerfferson Simões.

Pauta legislativa

O assessor legislativo Reiner Leite falou sobre os Projetos de interesse do setor acompanhados com prioridade. Entre eles, o PL nº 10.372/2018, de autoria da Comissão Especial de Combate ao Crime Organizado, que introduz modificações na legislação penal e processual penal para aperfeiçoar o combate ao crime organizado. A iniciativa prevê a destinação de 25% das receitas do Sesc e do Senac para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Reiner deixou claro que a Confederação Nacional



Imagem: Paulo Negreiros

Reunião foi realizada em Brasília



Kelly Lima, do Departamento Nacional do Senac, falou sobre as ações da instituição, como os fóruns setoriais

do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) não vê impedimento na criação de um regramento, “mas o Estado deve buscar outra forma para custear o FNSP”.

Na mesma área está o Substitutivo nº 6/2016 ao PLS nº 135/2010, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. A CNC, conforme Leite, posiciona-se favoravelmente. Mas faz ressalva ao Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, pois suprimiu o artigo 29, § 5º, que constava do texto aprovado na Câmara dos Deputados, em que o cumprimento da cota era vinculado ao quadro administrativo da empresa, e não de todo o contingente efetivo da organização.

Ele também falou sobre o PL nº 1.292/1995, da Comissão Temporária da Modernização da Lei de Licitações e Contratos, que institui normas para licitações e contratos da administração pública. O Projeto, explicou, modifica toda a legislação sobre licitações, fazendo com que o preço não seja mais fator decisivo para definir o vencedor de uma licitação, especialmente em obras e serviços especializados.

Por fim, Reiner Leite abordou o PLS nº 343/2018, que veda a contratação de mão de obra terceirizada em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais, ou seja, visa exigir vínculo empregatício nesses locais de trabalho. Da mesma forma, a proposta

contraria a reforma trabalhista, na medida em que prevê regramento quanto à normatização específica sobre terceirização.

Terceirização

O advogado Roberto Lopes, da Divisão Sindical, detalhou aos empresários a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto passado, de declarar constitucional a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio, seja fim. No julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 324 e do Recurso Extraordinário (RE) nº 958252, com repercussão geral, sete ministros votaram a favor da terceirização de atividade-fim e quatro contra.

O advogado Fernando Mello, da Divisão Jurídica da CNC, detalhou a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), que tem como fundamentos, entre outros, o respeito à privacidade, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, a defesa do consumidor e também a livre concorrência. O principal objetivo é estabelecer regras sobre como as empresas e o poder público tratam os dados pessoais, ou seja, a coleta, o armazenamento das informações, a venda dessas informações, etc.

Galeria de fotos

Imagens: Paulo Nogueiras



CBCex



Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex)

Coordenador
Rubens Torres Medrano



Imagem: Christina Bocayuva

Integrantes

- Aderson Santos da Frota
- Adilson Puertes
- Almir Batista de Santana
- Edevaldo Xavier de Oliveira
- Henry Uliano Quaresma
- João Vicente Feijão Neto
- José Augusto de Castro
- José de Ribamar Ewerton Souza
- José Marcos de Andrade
- Júlio Cezar Gasparelo
- Luís Kleber da Silva Brandão
- Luiz Carlos Bohn
- Luiz Fernando Coelho Brandão
- Márcilio Rodrigues Machado
- Marcos Antonio Carneiro Lameira
- Marcos Paulo Lima da Silva
- Marcus do Nascimento Cury
- Rudi Marcos Maggioni
- Rui Lemes
- Sérgio Hajjar
- Verônica Maria de Paula Gurgel do Amaral
- Wilton Malta de Almeida

Quantidade total de integrantes:

23

Outros integrantes:

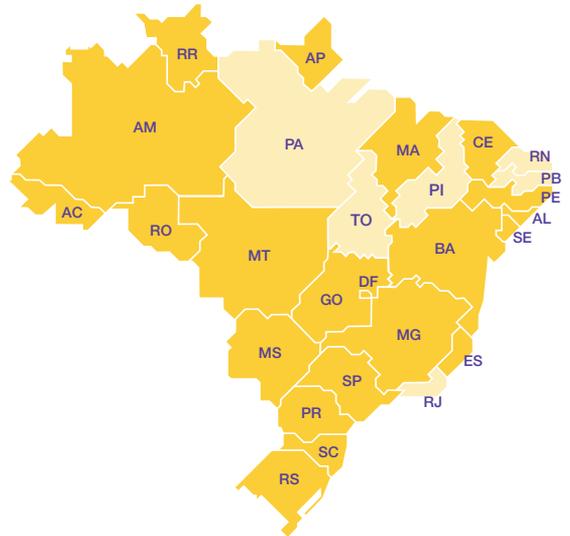
- AEB

Reuniões em 2018:

14/05 – CNC/RJ

27/08 – CNC/RJ

Estados
integrantes do
Sicomércio
na CBCex



Objetivos identificados

- Participar, colaborar e interagir em conjunto com outros departamentos da CNC, em especial a Assessoria de Gestão das Representações (AGR), Divisão Econômica (DE), Assessoria junto ao Poder Executivo (Apex), no relacionamento com as entidades governamentais e privadas Brasileiras e estrangeiras envolvidas em políticas e relações internacionais, no sentido de que a CNC, com a sua reconhecida importância, possa participar ativamente nas discussões e sugestões das políticas de Comércio Exterior;
- Participar e municiar a Assessoria junto ao Poder Legislativo (Apel) com subsídios e sugestões sobre matérias de interesse tramitando no Poder Legislativo;
- Incrementar, com a Divisão Econômica (DE), o aprimoramento do banco de dados de Comércio Exterior que dê suporte às ações da Câmara;
- Estabelecer contatos com embaixadas e entidades internacionais de fomento e desenvolvimento do Comércio Internacional entre os seus respectivos países e o setor de comércio e serviços do Brasil; e
- Colaborar com o Senac na criação de cursos de capacitação de profissionais especializados em Comércio Internacional.

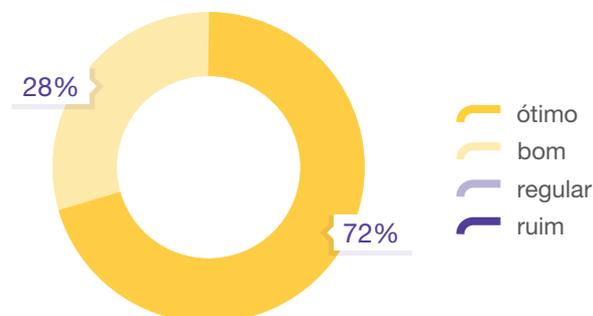
Temas abordados nas reuniões

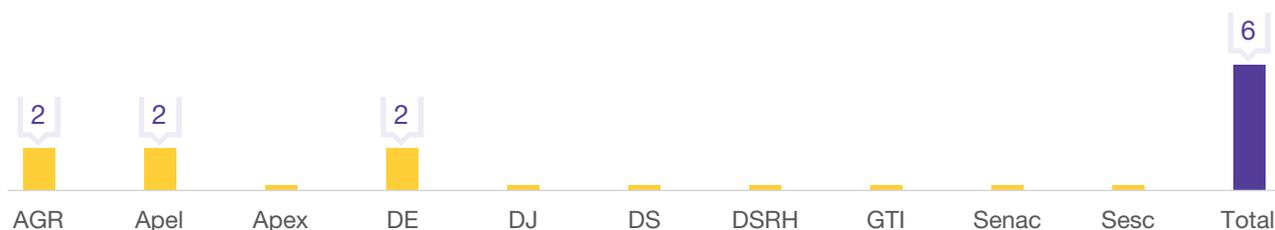
- Negociações Comerciais – Perspectivas e Oportunidades;
- Planejamento e ações futuras da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex);
- Composição, projetos e decisões em favor do comércio exterior brasileiro; e
- Frente Parlamentar pela Abertura Comercial.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões





Comunicações da Câmara

Comércios eletrônico e de serviços demandam atenção constante

A crescente participação do comércio eletrônico e da exportação de serviços nas relações comerciais entre países foi um dos temas debatidos na primeira reunião do ano da Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CBCex) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizada pela entidade no Rio de Janeiro, dia 14 de maio.

“Mais do que nunca, os serviços ganham espaço na balança comercial brasileira. Se não trabalharmos com agilidade nessa área, nos transformaremos em prestadores de serviços das empresas que virão se instalar no Brasil. Da mesma forma, devemos pensar na área de turismo, ou seja, precisamos construir acordos de ‘ida e vinda’, como chamamos”, afirmou Darci Piana, vice-presidente da Confederação. O empresário enfatizou que as Leis trabalhistas e os tributos brasileiros ainda representam esse movimento de chegada das empresas, mas o quadro pode mudar, e bem rápido. “Preocupa-nos a questão do comércio eletrônico e de serviços. Estivemos recentemente no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e eles querem a presença de entidades como a CNC nos debates relativos ao tema”, complementou o coordenador da CBCex, Rubens Medrano.

Comércio eletrônico

Quanto ao crescimento do comércio eletrônico, Darci Piana defendeu a existência de mecanismos que assegurem a competitividade das empresas brasileiras. “Precisamos ter algum controle. O Estado do Paraná, por exemplo, recebia aproximadamente 25 mil pacotes do exterior. Hoje são 170 mil, e isso impacta diretamente as entregas, que antes levavam dois dias até o destinatário e hoje levam 40 dias”, disse Piana. “Estamos em uma encruzilhada complexa, e empresas com custos de produção reduzidos podem perecer”, complementou.

Mercosul parado

Darci Piana falou, ainda, aos membros da Câmara sobre as tratativas no âmbito do Mercosul. “O Mercosul passa por uma fase complexa. Agora, em função do cenário político dos países-membros, sofreremos reflexos indesejados. Hoje vemos a Argentina recorrer ao FMI para conseguir empréstimo. Como fazer um acordo no âmbito do Mercosul se os países-membros se encontram em dificuldades?”, questionou. Segundo

Piana, as reuniões estão esvaziadas quanto ao aspecto prático no Fórum Consultivo do Mercosul, cujo comando, neste primeiro semestre do ano, é do Paraguai.

Conjuntura e perspectivas

A economista da CNC Izis Ferreira apresentou, durante a reunião da CBCex, dados relativos ao comércio do Brasil com outros países. “Este ano, o comércio exterior contribuirá novamente de forma positiva para a atividade econômica brasileira, com destaque para as importações”, disse Izis.

Dados compilados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) mostram o avanço de +28,7% nas importações, na comparação de abril deste ano com o mesmo mês de 2017, e de +15,9% no acumulado de janeiro a abril de 2018. “As importações poderiam oferecer maior pressão sobre os custos no curto prazo, com compras mais concentradas em bens intermediários, mas essa pressão não deve ser tão vigorosa, porque a recuperação da atividade econômica será mais gradual e lenta. Alguma atenção deve estar na evolução do câmbio este ano, que poderá resultar em aumento da despesa de importação”, afirmou Izis.

Decisão do STJ pode beneficiar importadores

Izis Ferreira informou também aos membros da Câmara que, desde o dia 6 de março, os importadores contam com um benefício: o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento de que a inclusão da capatazia no valor aduaneiro dos bens importados

majora ilegalmente a base de cálculo do imposto de importação e, com isso, entendeu que a Secretaria da Receita Federal do Brasil extrapolou seus limites de regulamentação da legislação federal. A decisão abre uma oportunidade para que os importadores solicitem a recuperação dos valores recolhidos a maior nos últimos anos.

A capatazia consiste na movimentação de mercadorias no interior das instalações portuárias em geral, recebimento e verificação, transporte interno, conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, além de carga e descarga de embarcações. O exercício profissional do capataz está regulamentado na Lei nº 12.815/2003, conhecida como a Nova Lei dos Portos. E para realização da atividade é cobrada uma taxa pela administração portuária, a taxa de capatazia. O valor médio dos serviços de capatazia pode variar entre R\$ 700 e R\$ 900 por contêiner, de acordo com dados divulgados pela imprensa.

Com isso, o entendimento favorável aos contribuintes reduz o peso da carga tributária no preço final dos produtos, beneficiando as importadoras, em especial as de maior porte. “A conclusão do STJ é oportuna, no sentido de que tende a reduzir o preço final dos importados, desconsiderando as outras variáveis componentes desses preços. Basta observar o atual contexto de aceleração do ritmo das importações”, explicou Izis. Em 2017, após três anos de quedas consecutivas, o valor anual das importações brasileiras cresceu +9,6%, a despeito da estabilidade da taxa de câmbio. Nos dois primeiros meses de 2018, o crescimento acumulado foi de +15%, de acordo com os dados do MDIC.

*Câmara Brasileira
de Comércio Exterior
(CBCex) da CNC
reuniu seus membros
no Rio de Janeiro*



Imagem: Christina Bocayuva

Camex quer ampliar relação com o setor privado

A Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CBCex) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) recebeu, em reunião realizada dia 27 de agosto, no Rio de Janeiro, a secretária executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Marcela Carvalho.

O encontro foi uma oportunidade para que os membros da CBCex apresentassem demandas e pudessem conhecer em detalhes projetos da Camex – composta por um conselho de oito ministros de governo e vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) –, sua estrutura e seu funcionamento. Nomeada em junho do ano passado para a função, Marcela destacou a necessidade de ouvir as entidades do setor privado. “Marcela tem sob sua responsabilidade também o Comitê Nacional de Facilitação de Comércio, o Confac, que atende aos compromissos assumidos pelo Brasil nos acordos de facilitação de comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio, a OMC. Vale lembrar que o Brasil foi o primeiro país da América do Sul a colocar em funcionamento um comitê nacional de facilitação”, apontou Rubens Medrano, coordenador da CBCex, na abertura do encontro.

Agenda Regulatória 2018-2019

Marcela Carvalho abordou, entre diversos temas, a aprovação, este mês, da Agenda Regulatória de Comércio Exterior 2018-2019, instrumento inédito de planejamento criado para identificar e organizar, no período estipulado, temas estratégicos que serão acompanhados pelos órgãos reguladores e pela Secretaria Executiva da Camex. “Buscamos, com a Agenda, dar mais racionalidade às normas brasileiras de comércio exterior”, destacou.

A Camex, segundo Marcela Carvalho, tem priorizado as questões regulatórias – trazer para os órgãos reguladores a importância das boas práticas e dos exemplos bem-sucedidos de outros países quanto à construção de regulamentos efetivos que possibilitem crescimento aos setores. “Além disso, temos as questões de facilitação de comércio, absolutamente

vital para a redução de custos e a desburocratização. Temos foco também em questões ligadas à atração de investimentos, com a criação de um ombudsman de investimentos, ou seja, alguém responsável para receber críticas e sugestões, na própria Camex, e o Grupo Técnico de Serviços, uma ação pioneira”, complementou.

GT Serviços: Foco no potencial do segmento

A secretária da Camex falou também sobre a criação, no fim de 2017, do Grupo Técnico de Serviços (GT Serviços). “É a primeira vez que a Camex cria um locus específico para discutir a competitividade do setor de serviços nas exportações e importações, absolutamente prioritário para a Câmara”, enfatizou Marcela.

O GT Serviços tem a tarefa de coordenar os órgãos da Esplanada dos Ministérios que guardem relação com as políticas públicas voltadas ao comércio exterior de serviços, para avaliar mecanismos que gerem mais competitividade nas exportações e também avaliar os entraves à importação. O Grupo atua em cinco eixos: melhoria do ambiente de negócios; financiamento e garantias; economia de serviços e comércio eletrônico; facilitação de comércio e serviços; e reforço de coordenação governamental.

É fato que os serviços, nas exportações, estão aquém de sua capacidade. “Um setor que representa 70% do PIB, que exportou em 2017 cerca de US\$ 32 milhões e, a título de comparação, teve exportações de bens na ordem de US\$ 217 bilhões mostra que o setor tem que crescer em relação ao mercado externo. A Camex tem atuado para sanar questões de segurança jurídica, como a discussão do que é exportação de serviços no normativo brasileiro, como a Lei do ISS, que define o serviço com base em resultado e gera, assim, insegurança”, destacou Marcela Carvalho.

Saber o tamanho do setor é fundamental

O chefe da Divisão Econômica da CNC, Fabio Bentes, ressaltou que o acompanhamento de indi-



Marcela Carvalho, em reunião da CBCex: Prioridade para questões regulatórias e de facilitação

cadores econômicos do comércio exterior é fundamental, já que são eles que norteiam a decisão dos empresários. “Conhecendo o tamanho do comércio exterior para a economia brasileira, políticas públicas podem ser formalizadas, visando ampliar a presença do Brasil no cenário internacional”, pontuou Bentes.

Frente Parlamentar pela Abertura Comercial

Também na reunião da CBCex, o assessor legislativo Felipe Oliveira falou sobre a Frente Parlamentar pela Abertura Comercial do Brasil, lançada em junho deste ano, na Câmara dos Deputados. Felipe, representante da Assessoria Legislativa (Apel) da CNC, enfatizou pontos importantes da iniciativa, como a remoção de barreiras para intensificar o intercâmbio comercial, tecnológico e cultural do Brasil com o mundo.

A Frente tem coordenação do deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO) e como finalidade acompanhar e fomentar a adoção das medidas necessárias à abertura comercial; promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao tema e divulgar seus

resultados; e acompanhar as iniciativas dos Poderes Legislativo e Executivo favoráveis ao tema. De acordo com Felipe, a criação da Frente abre oportunidades de ação parlamentar, como a identificação de proposições relacionadas com a abertura comercial; o mapeamento de temas prioritários que devam constar nessas proposições; e a construção de um documento/agenda prioritário no âmbito da CBCex.

O assessor legislativo falou, ainda, do 3AP, aplicativo de apoio à ação parlamentar da Confederação. Entre suas funcionalidades, destacou Felipe, está o Perfil Parlamentar, que mostra a posição de cada parlamentar em relação a diversos temas de interesse do comércio de bens, serviços e turismo, a autoria e relatoria de projetos de lei e sua participação em comissões. “A reunião foi muito importante, pois deu oportunidade à CNC de transmitir as demandas do empresariado aos órgãos do governo, como a Camex. Mas a atuação da Confederação não se restringe só ao Poder Executivo – nossa atuação é cada vez maior no Poder Legislativo”, finalizou o coordenador, Rubens Medrano.

Galeria de fotos



Imagens: Christina Bocayuva



CV Óptica



Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica)

Coordenador
André Luiz Roncatto



Imagem: Christina Bocayuva

Integrantes

- Akira Kido
- Aldison Wiseman Barros de Lyra
- Antônio Josiel S. Souza
- Artur Keunecke
- Célia de Souza da Silva
- Denério Rosales Neumann
- Gustavo C. Moraes
- Jodeon S. Silva
- José Alberto Pereira
- José Fernando F. da Silva
- Juarez G. da Hora
- Luiz Carlos Trindade da Cruz
- Manoel Procópio da Silva Filho
- Maria Aures Muniz Aires dos Santos
- Paulo Caçado Gonçalves
- Roberto Tenedini
- Silvino J. Rodrigues de Souza

Quantidade total de integrantes:

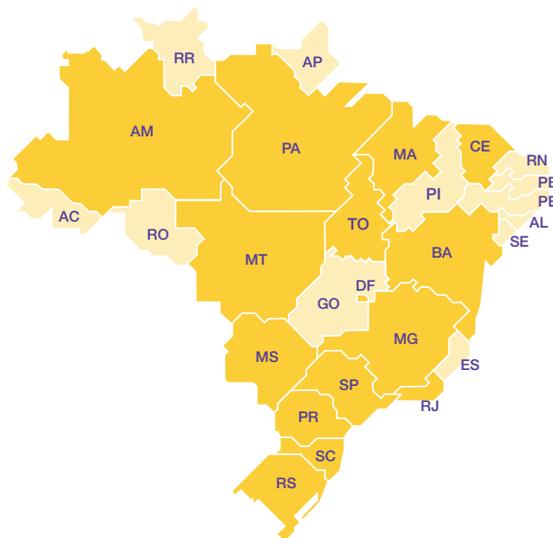
18

Reuniões em 2018:

27/04 – CNC/RJ

05/11 – CNC/RJ

Estados integrantes do Sicomércio na CBÓptica



Objetivos identificados

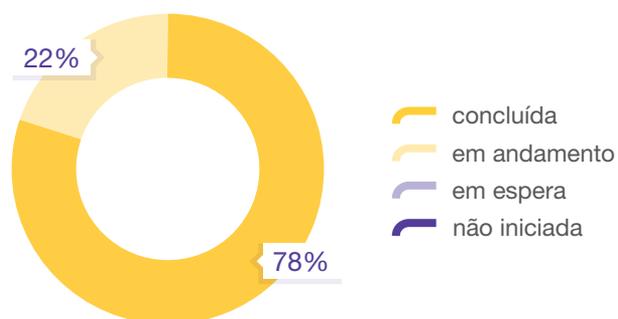
- Redobrar esforços para evitar a desestruturação do varejo óptico legalmente estabelecido e o avanço crescente do comércio informal;
- Construir uma barreira ao comércio de produtos de baixa qualidade, principalmente os comercializados por ambulantes e camelôs que hoje invadem as ruas ampliando cada vez mais o mix de vendas que agregam ao óculos solar armações, e ainda a prestação de serviços de comercialização de lentes oftálmicas;
- Promover a conscientização da população sobre a importância da aquisição de produtos de qualidade comprovada;
- Acompanhar as múltiplas ações que transitam pelos ambientes federais, estaduais e municipais, em ações integradas que levem aos membros da CBÓptica permanente participação em um projeto que busque a aproximação dos órgãos públicos no cumprimento das normas legais;
- Qualificar profissionais ópticos através da modernização da oferta de formatos alternativos dos cursos de formação técnica pelo Senac Nacional adequadas às necessidades do varejo, principalmente com a implementação do curso de Técnico em Óptica no formato EAD; e
- Fortalecer as entidades representativas do varejo óptico, objetivo este estabelecido com ações de permanente integração e melhoria dos estabelecimentos ópticos.

Temas abordados nas reuniões

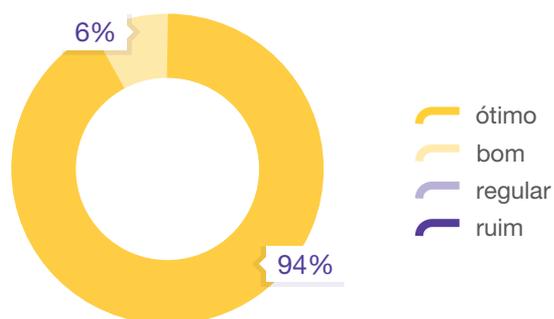
- SCD 07/2017 ao PL 512/2003 (PL 5.534/2005) – Torna obrigatória a proteção contra a radiação ultravioleta nos óculos de sol e dá outras providências;
- PL 4.008/2015 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de certificação de óculos e lentes ópticas;
- PL 7.412/2017 – Dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins;
- PL 2.118/2011 – Dá nova redação à alínea *a* do inciso II e ao inciso V do parágrafo 2º do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”;
- PL 4.609/2016 – Dispõe sobre a dedução de óculos de grau e lentes de contato corretivas, medicamentos e vacinas não oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, bem como exame laboratorial de reconhecimento de paternidade;
- Status da Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
 - NBR ISO 12311 – sobre a proteção dos olhos e do rosto – Métodos de ensaio para óculos de proteção solar e óculos relacionados;
 - NBR ISO 12312-1 – sobre óculos para proteção solar afocal (lente plana) e clip-ons para uso geral, incluindo o uso em condução de veículos, destinada à proteção contra a radiação solar;
- Parceria com Administradores de Cartões de Crédito;
- Como enfrentar o Comércio Informal de Produtos Ópticos;
- Optometria e o varejo óptico sob a visão concorrencial;
- MP do Pará – Ação Civil Pública “Lupa de Leitura”;
- Posicionamento sobre o Projeto ABNT/CB049 nº 49.000.03-014. Óculos de visão simples para perto prontos para uso (base ISO 16034/2002);
- Óptico, Óptica, Optometria e Oftalmologia: Um dilema a ser enfrentado;

- Ações contra o comércio informal de óculos;
- Aplicação pelo setor óptico dos procedimentos definidos na Portaria 43/2006, adotados pelo setor joalheiro com fundamentos no CDC no que trata da preservação da saúde do consumidor; e
- Inovação na plataforma do Curso de Técnico em óptica em EAD com inclusão do sistema 3D nas práticas laboratoriais.

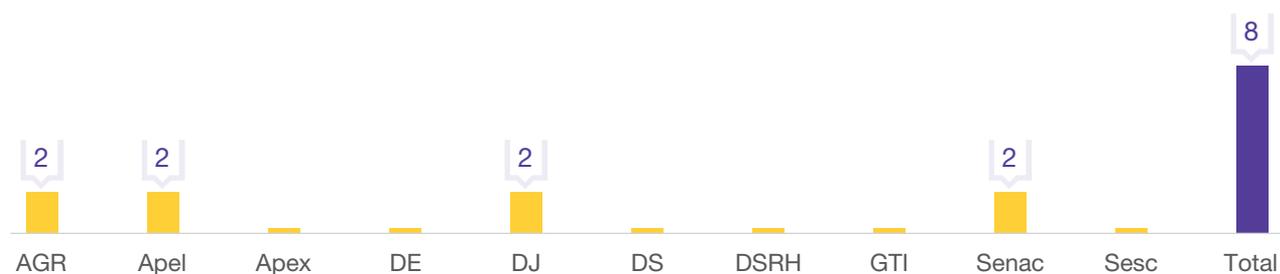
Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Participação das Áreas Técnicas na CBÓptica-2018



Comunicações da Câmara

Setor óptico quer união do comércio no combate à pirataria



Imagem: Christina Bocayuva

Núcleos nas Fecomércios de combate à prática ilegal foram debatidos pela CBÓptica

A importância da criação de comitês e fóruns nos Estados para acompanhamento de ações que impactam o segmento óptico e, principalmente, para fortalecer o combate à pirataria foi tema abordado pela Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) da CNC, em reunião realizada na Confederação no Rio de Janeiro, em 27 de abril.

“É necessário levar às lideranças do comércio a proposta de criação de núcleos nas Fecomércios para que setores prejudicados possam se unir e trazer dados e informações sobre prejuízos, e que em cada estado se forme uma resistência para contribuir no enfrentamento à pirataria. Se o crime é organizado, nós, como sociedade, precisamos dar uma resposta a isso”, defendeu o coordenador da Câmara, André Roncato.

Manuel Procópio da Silva Filho, do Sindióptica-MT, apoiou a ideia de criação de núcleos ou câmaras setoriais de combate à pirataria e à sonegação fiscal. “Esse pode ser o caminho por onde vamos começar a obter

êxito, compartilhando os exemplos de sucesso de cada estado”, afirmou o representante de Mato Grosso. Para Roberto Tenedini, representante do Sindióptica-RS, a atuação regional tem o efeito positivo de interiorizar as questões enfrentadas no combate ao comércio ilegal, aproximando as entidades dos empresários. “A pirataria de produtos ópticos acaba se tornando um crime contra a saúde pública”, disse Tenedini.

Combate nas plataformas de e-commerce

André Roncato relatou que, em reunião do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) do Ministério da Justiça, em 19 de abril, foi abordada a responsabilidade compartilhada das plataformas de comércio eletrônico, como Mercado Livre, pelos produtos que comercializam. “O Ministério da Justiça já está desenhando estratégias para trabalhar com a responsa-

bilização dessas plataformas, por meio de multas e demais penalizações, o que pode fazer a diferença, já que elas são vitrine para diversos produtos, muitos deles pirateados, e realizam mais de quatro transações por segundo”, avaliou o coordenador da CBÓptica.

Normas técnicas e adaptação de lentes solares aos países tropicais

A CBÓptica acompanha as normas técnicas em desenvolvimento no Comitê Brasileiro de Óptica e Instrumentos Ópticos (CB-049), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por intermédio do professor de Óptica Oftálmica Alex Dias. Ele apresentou atualização sobre a NBR ISO 12311, que estabelece regras para os óculos de proteção solar, baseadas em regra internacional já utilizada pela ISO (Organização Internacional de Normalização). Para a CBÓptica, o único obstáculo à tradução da norma é a adequação das lentes a países tropicais, como o Brasil, onde a incidência de radiação ultravioleta (UV) é maior que em países da Europa e da América do Norte. A proteção de UV 380 nm (nanômetros) não é o bastante, sendo necessário UV 400 nm.

Roncatto disse, ainda, que a CBÓptica vai encaminhar uma avaliação à ABNT, recomendando a substituição de outra norma, a NBR ISO 12312.1, que regulamenta a proteção solar em lente plana e clipons (lentes destacáveis de proteção solar que se encaixam nos óculos) e estabelece proteção de UV 380 nm em vez de UV 400 nm. “As normas são revisadas a cada quatro anos. É um processo constante, e devemos estar atentos a cada nova consulta”, lembrou o representante da CNC no CB-049, Alex Dias.

Acompanhamento legislativo

O assessor Legislativo da CNC Douglas Pinheiro apresentou a atualização dos Projetos de Lei de interesse do setor óptico que a Assessoria Legislativa da CNC acompanha na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Entre os principais está o Projeto de Lei (PL) nº 7.412/2017, que dispõe sobre a comercialização de pro-

duto óptico e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins. Apresentado pelo deputado federal Laércio Oliveira (PP-SE), vice-presidente da CNC, o Projeto foi fruto de contribuições da CBÓptica.

Também foram tratados o PL nº 2.118/2011, o PL 4.609/2016 e o PL 10.054/2018, que propõem deduzir do Imposto de Renda o valor gasto com saúde e compra de óculos de grau e lentes de contato. “Os PLs de 2011 e 2016 têm mais de 60 apensados com o mesmo objetivo de ampliar as possibilidades de dedução no Imposto de Renda de gastos com saúde, mas ainda não caminharam devido a esse volume de projetos e à falta de interesse do governo”, informou Douglas.

Agenda positiva

A CBÓptica recebeu também o representante do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria (CBOO), Fábio Luiz da Cunha, para falar sobre a venda casada de produtos pelo optometrista, que vai realizar o exame em domicílio e, além de prescrever a receita de lentes, vai efetuar a venda de óculos. Cunha informou que o CBOO tem promovido treinamentos e palestras nas cidades em que esses problemas são relatados, para conscientizar o optometrista de que a “venda casada” fere sua credibilidade profissional. O posicionamento do Conselho é que o atendimento pelo optometrista deve ser feito fora da óptica, até para que se diferencie para a população o serviço de saúde da função de venda.

O representante da Fecomércio-TO, Aldison Lira, lembrou que tem aumentado o número de ópticas em funcionamento e, em contrapartida, diminuiu o número de médicos oftalmologistas concentrados nos grandes centros urbanos, e que o profissional de optometria pode ajudar a democratizar o acesso a exames de vista no País. O coordenador da CBÓptica convocou o CBOO para a construção de uma agenda positiva de atuação das entidades. “Precisamos ter uma uniformização das informações e propor soluções, ou qualquer problema vai parar no Ministério Público”, defendeu André Roncatto.

CBÓptica debate matérias legislativas prioritárias

A Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) reuniu-se, em 5 de novembro, na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro. Entre os temas tratados na última reunião de 2018 estavam as principais matérias legislativas acompanhadas pela CBÓptica e que podem ter alterações com os novos mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em 2019. A CBÓptica propôs, ainda, o combate à venda ilegal de óculos simples para perto e debateu a adaptação de norma técnica internacional (ISO) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Projetos de lei diante das novas legislaturas

O assessor legislativo da CNC Douglas Pinheiro apresentou atualização dos Projetos de Lei pertinentes ao setor óptico e que são acompanhados pela Assessoria Legislativa (Apel) da CNC, ressaltando de que forma podem ser afetados pela troca de parlamentares no Congresso Nacional. Um dos projetos prioritários é o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 07/2017 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 512/2003, que torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato. A CBÓptica se posicionou favorável ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, retirando

do a parte que obriga a certificação de conformidade de acordo com o programa regulamentador de uma associação específica. “Vamos sustentar uma regulamentação que priorize que o produto óptico saia da origem com as normas cumpridas de acordo com as regras do Inmetro e da ABNT”, defendeu o representante do Sindióptica-RS, Roberto Tenedini.

Douglas afirmou que o PL 4.008/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de certificação de óculos e lentes ópticas, deve ser arquivado a partir de janeiro de 2019. O coordenador da CBÓptica, André Roncato, explicou que existe a possibilidade de os artigos mais relevantes serem contemplados no SCD nº 07/2017, o que tornaria desnecessária a reapresentação do Projeto de Lei.

Já o PL nº 7.412/2017, que surgiu de uma proposta da CBÓptica apresentada pelo deputado Laércio Oliveira (PP-SE), encontra-se na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), com relatoria do deputado Hiran Gonçalves (PP-RR). André Roncato informou que a CBÓptica pediu a alteração do artigo 4. Douglas Pinheiro afirmou que o Projeto não será arquivado, já que o autor foi reeleito, e seria um bom momento para que os representantes do varejo óptico apresentassem a reivindicação ao relator, que também foi reeleito.

Quanto ao PL 4.609/2016, que dispõe sobre a dedução de óculos de grau e lentes corretivas do Imposto de Renda (IR), encontra-se apensado a outros sessenta projetos que propõem deduções no IR. A relatora na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), deputada Zenaide Maia (PHS-RN), acatou texto do governo que acrescenta que o benefício seja limitado a pessoas com mais de 65 anos, com renda média inferior a seis salários mínimos. Para a representante do Sindióptica-CE, Maria Aures dos Santos, seria essencial rever a idade dos beneficiados, para que o comércio informal não seja visto como alternativa à compra de óculos que podem trazer prejuízos à saúde. “Seria importante socialmente que os pais pudessem descontar do IR lentes corretivas de filhos em idade escolar”, afirmou. A CBÓptica pediu, ainda, o acompanhamento pela Apel/CNC do PLC 104/2015, que dispõe sobre a oferta, pelo Poder Público, de exame de acuidade visual para alunos de escolas públicas.

Imagem: Christina Bocayuva



Com a eleição de novos deputados e senadores, a Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos define estratégia de atuação no Congresso Nacional

Galeria de fotos



Imagens: Christina Bocayuva



CBFarma



Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma)

Coordenador

Lázaro Luiz Gonzaga



Imagem: Christina Bocayuva

Quantidade total de integrantes:

31

Outros integrantes:

- ABRADILAN
- ABCFARMA
- ABRADIMEX
- ABAFARMA
- ABRAFARMA
- FEBRAFAR

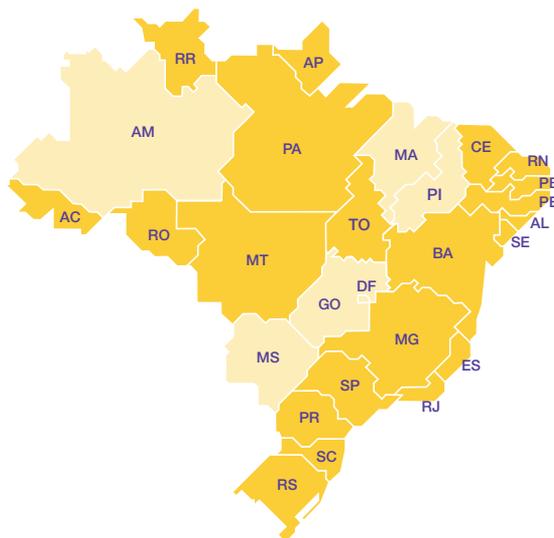
Reuniões em 2018:

26/11 – CNC/RJ

Integrantes

- Antônio Roberto Bonfim
- Armando Ahmed
- Carlos Baptista Dias
- Carlos de Souza Andrade
- Domingos T. de Sousa
- Edenir Zandoná Júnior
- Edison Gonçalves Tamascia
- Edson Daniel Marchiori
- Enildo Azevedo Pinheiro
- Fábio R. Timbó Silveira
- Felipe Antônio Terzeo
- Geraldo Monteiro
- Gladstone N. Frota
- Hamilton Domingos Teixeira
- Herbert Almeida de Cunha
- João Arthur Prudêncio Rego
- Joaquim Tadeu Pereira
- José Carlos Medeiros Lins
- Leomar Rehbein
- Luzia Diva Cunha Dutra
- Marcelo Fernandes de Queiroz
- Marcos Antônio Carneiro Lameira
- Maria Cristina Sanches Amorim
- Natanael Aguiar Costa
- Oscar Yazbek Filho
- Ozeas Gomes da Silva
- Paulo Maia
- Pedro Zidoi Sdoia
- Romildo Marcos Letzner
- Sergio Mena Barreto

Estados integrantes do Sicomércio na CBFarma



Objetivos identificados

- Coordenar e acompanhar as ações necessárias ao ideal funcionamento dos cenários que envolvem o ramo varejista farmacêutico, avaliando os ambientes em todo o território nacional por meio da presença de membros situados em vários estados;
- Nortear todos os procedimentos inerentes à tomada de decisão das entidades que representam o setor, promovendo a coesão e o fortalecimento da defesa dos interesses do comércio de produtos farmacêuticos, subsidiados por pareceres das Divisões Jurídica e Sindical da CNC, bem como pelos encaminhamentos dados pela Apel e pela Renalegis e por outras áreas técnicas da CNC que eventualmente poderão ser demandadas;
- Viabilizar medidas que auxiliem e promovam o desenvolvimento do comércio de produtos farmacêuticos em geral;
- Avaliar os diversos fatores que impactam de forma negativa o setor, promovendo ações efetivas para solucionar ou reduzir os problemas encontrados, a fim de impulsionar o fortalecimento do empresariado do comércio de produtos farmacêuticos em todo o País; e
- Promover a discussão dos mais variados temas de relevância para o setor com a participação dos membros representantes dos Estados, de forma que sejam delineados os contornos e diversidades das regiões do Brasil, seguindo os parâmetros legislativos e regulatórios.

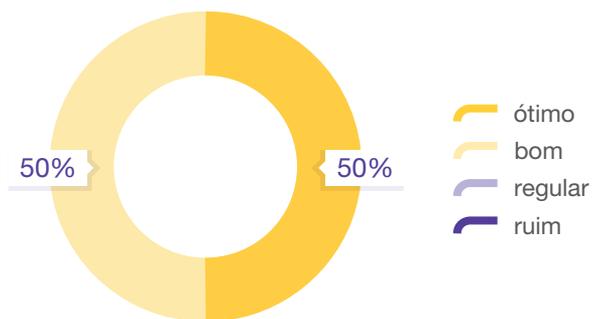
Temas abordados nas reuniões

- Cenário Político;
- Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) – Estratégias / Negociações Coletivas de Trabalho em andamento;
- Rastreabilidade de Medicamentos;
- Consulta Pública do Decreto para implementação de sistema de logística reversa de medicamentos descartados pelo consumidor, conforme procedimento definido nos artigos 30 e 31 do Decreto nº 7.404, de 2010;
- Decisão do STJ HC 399.109;
- Habeas Corpus 399.109 – STJ entende que é crime o não recolhimento do ICMS declarado;
- Prejudicialidade da Substituição Tributária como Exceção ao Regime do Simples Nacional;
- As implicações tributárias da manipulação como industrialização – Solução de Consulta 48/2018;
- 4ª Revolução Industrial;
- PL 10.710/2018 – Exercício da profissão do agente de farmácia e drogaria;
- PL 9.482/2018 – Venda MIPs em Supermercados;
- PL 10.028/2018 – Adicional de insalubridade para os trabalhadores das drogarias e farmácias comunitárias e hospitalares; e
- Conexão Farma 2019.

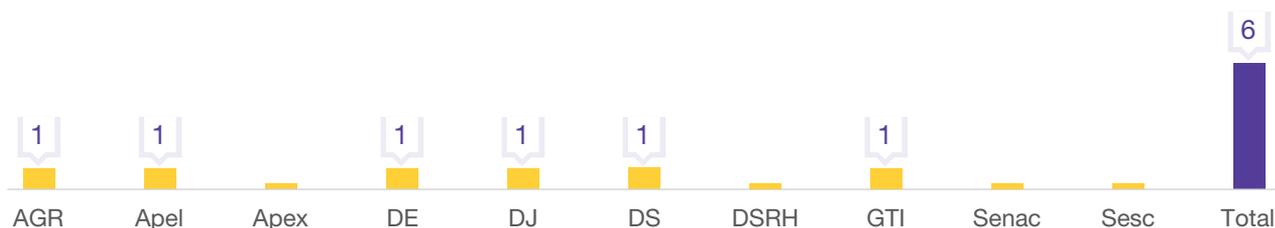
Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Participação das Áreas Técnicas na CBFarma-2018



Comunicações da Câmara

Cenário político e logística reversa são destaque na CBFarma

Integrantes da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) da CNC se reuniram, em 26 de novembro, para debater temas de interesse do varejo farmacêutico. O coordenador da CBFarma e vice-presidente da Confederação, Lázaro Luiz Gonzaga, conduziu o encontro, que teve a presença do consultor da Presidência da CNC e ex-senador, Bernardo Cabral.

Para contextualizar o cenário político, a Câmara convidou o jurista Ives Gandra Martins. Ele definiu como “coerentes” as indicações feitas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro realizadas até o momento para a ocupação de cargos estratégicos no governo.



Bernardo Cabral e Lázaro Luis Gonzaga

Imagens: Christina Bocayuva

O jurista pontuou, entretanto, que o novo presidente terá uma série de desafios, entre os quais a redução do tamanho do Estado. “Avançamos de tal forma que agora estamos em busca de um projeto que vai diminuir o tamanho do Estado, procurando reduzir o corporativismo”, afirmou.

Decreto para logística reversa

A CBFarma também debateu questões relativas ao sistema de logística reversa de medicamentos, conforme definido no Decreto nº 7.404, de 2010. O representante da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Serafim Neto, relembrou o histórico de aplicação da Lei e as discussões em torno de uma proposta de acordo setorial, envolvendo toda a cadeia – indústria, distribuidoras e comércio varejista.

Como não houve concordância na unificação das propostas dos agentes envolvidos, e tendo em vista os riscos à saúde pública e ao meio ambiente relacionados ao gerenciamento inadequado dos resíduos de medicamentos, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) elaborou um decreto para instituir o programa de logística reversa desses medicamentos, com a participação de importadores, fabricantes, distribuidores, comerciantes e consumidores. Segundo Serafim Neto, o texto atribui responsabilidades a cada elo da cadeia, cabendo ao varejo a responsabilidade pelo recolhimento dos materiais em um ponto de coleta equipado com um dispensador contendor.

Rastreabilidade de medicamentos

Serafim Neto, da Abrafarma, também falou sobre o andamento da implantação da rastreabilidade de medicamentos. A medida tem como objetivos principais o aumento da segurança do paciente, reduzindo o risco do consumo de produtos ilícitos ou impróprios, o combate a fraudes e outros crimes, além de permitir a sistematização de dados de farmacovigilância e a formulação de ações específicas, entre outros.

Há quase dez anos existem discussões legais sobre a rastreabilidade dos medicamentos. Em 2016, a Lei nº 13.410/2016 alterou uma lei de 2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, estabelecendo que os dados coletados sobre os medicamentos, sua distribuição e comercialização, devem ser de guarda do governo e não podem ser divulgados. O cronograma de implantação agora ficará por conta de um comitê gestor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do qual a Abrafarma faz parte.

Reforma trabalhista

Um ano após a aprovação da reforma Trabalhista, o tema ainda é objeto de discussão por parte de representantes sindicais. Para o coordenador da CBFarma, Lázaro Luiz Gonzaga, o segmento tem a vantagem de estar mais preparado do que as demais atividades econômicas. “O setor farmacêutico é um dos mais fiscalizados e, no cenário sindical, somos ainda mais preparados, mesmo com todas as dificuldades”, explicou Gonzaga.

O advogado da Divisão Sindical (DS) da CNC Roberto Lopes comentou sobre a previsão de redução do número de sindicatos, especialmente pelo lado laboral, em decorrência da reforma trabalhista. “A tendência é de que sindicatos menores se agrupem, o que pode facilitar a negociação”, disse.

Lopes também lembrou que a Confederação disponibiliza o Sistema de Negociação Coletiva do Comércio (SNCC), que reúne informações sobre negociações coletivas em todo o Brasil, além de pesquisas conjunturais, informações sobre piso salarial, entre outras, já utilizado por boa parte das Federações do Sistema. O advogado também lembrou a atuação da Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC) da CNC, que é coordenada pelo presidente da CNC, José Roberto Tadros, e que deve ser reativada em breve. A CBFarma também debateu a expedição de Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) pela Anvisa e a decisão do Supremo Tribunal de Justiça a respeito do Habeas Corpus nº 399.109/SC. Veja mais sobre estes assuntos no site da CNC.

Galeria de fotos



Imagens: Christina Bocayuva



CBMC



Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC)

Coordenador

Cláudio Elias Conz



Imagem: Edgar Mairra

Quantidade total de integrantes:

30

Outros integrantes:

- ABRAMAT
- ACOMAC-BA
- ACOMAC-RS
- ACOMAC-CAMPINAS E REGIÃO
- ANAMACO-SP
- ANAMACO-BA
- FECOMAC-PR
- GRUPO CONSTRUBRASIL
- IDV-SP
- MUNDIAL CENTER ATACADISTA
- NICOM MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
- SAINT GOBAIN DISTRIBUIÇÃO BRASIL
- SINCOMACO-SP

Reuniões em 2017:

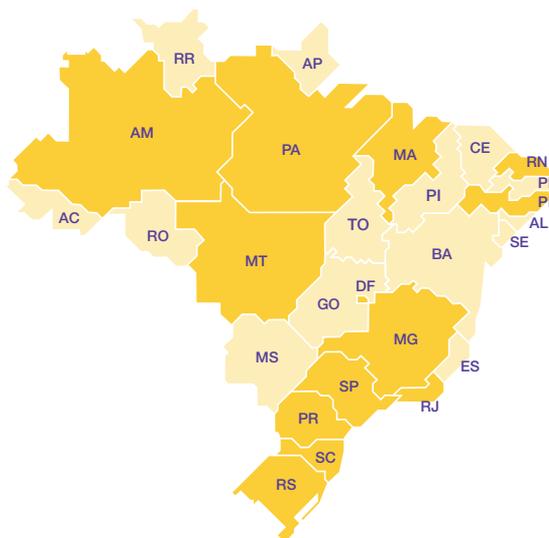
17/07 – CNC/DF

22/11 – CNC/DF

Integrantes

- Aderson Santos da Frota
- Alexandre Jalles Cohim Moreira
- Antônio Carlos Aguiar
- Antônio Eustáquio Lima Saraiva
- Bráulio Rezende Filho
- Cláudio Araújo de Lima
- Geraldo Cordeiro
- Getúlio Nogueira de Sá
- Hiroshi Shimuta
- Jorge Gonçalves Filho
- Jorge R. Guarezi
- José Manoel de Almeida Santos
- José Wenceslau de Souza Júnior
- Juliano Ohta
- Luiz Antonio Beserra Lacerda
- Marcantoni Gadelha Souza
- Marcelo Júlio V. Brasil
- Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues
- Marcos Gabriel Atchabahian
- Mauro Saccomani
- Reginaldo Alves Pio
- Rodrigo Navarro
- Ronaldo Sielichow
- Sandra Maria Rodrigues
- Sebastião de Oliveira Campos
- Sigismundo Mazurek
- Tarcísio Pires Morais
- Valdecir da Luz Barcelos
- Wagner Ferreira Mattos

Estados integrantes do Sicomércio na CBMC



Objetivos identificados

- A principal pauta para 2018 será a reforma tributária, que deve ser tratada como a simplificação tributária;
- Conjunto de propostas levadas ao presidente Michel Temer para reativar a construção civil como instrumento de geração de emprego e renda;
- Temas ligados ao crescimento econômico terão a nossa atenção especial;
- Espaço para o programa “Avançar Calçadas”, lançado em 2017 com recursos do FGTS para 200 municípios, e no lançamento do programa “Valorização e Recuperação de Centros Urbanos”, para cidades de até 500 mil habitantes;
- Acompanhar os acordos entre Caixa, Sebrae e ABNT para que o programa de certificação dos pequenos e médios varejos, cujo objetivo é elevar o papel das lojas e incentivar essas empresas a introduzirem ferramentas de gestão para garantir a qualidade dos serviços prestados, a satisfação dos clientes e a segurança dos funcionários, seja fortemente implementado;
- Maior distribuição e acesso a todo tipo de treinamento que possa priorizar o atendimento ao consumidor; e
- Acompanhar os temas do Construcard e do Cartão Reforma, importantes mecanismos de fomento ao comércio de materiais de construção.

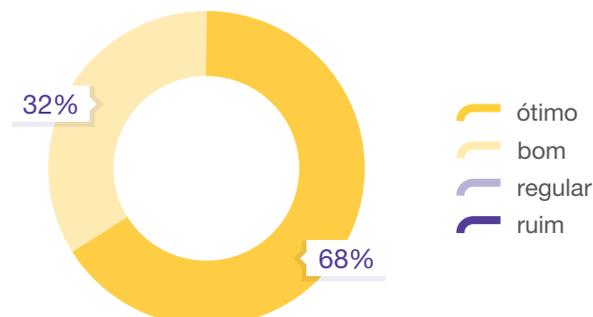
Temas abordados nas reuniões

- Cartão Reforma;
- Construcard (CEF);
- Panorama sobre a Contribuição Patronal;
- Nova fase do banco (BNDES) com empréstimos para pequenas e médias empresas;
- Vendas de produtos dentro das normas técnicas;
- O efeito Amazon no varejo de Nova York;
- Cenário Político; e
- Agenda de Prioridades para 2019.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões





Comunicações da Câmara

Novos produtos de bancos estatais para lojistas de material de construção

Dirigentes empresariais que integram a Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) conheceram os novos produtos e serviços oferecidos por bancos estatais ao segmento, durante a reunião do órgão, em 17 de julho, na CNC em Brasília. O coordenador da CBMC, Cláudio Elias Conz, explicou que a presença de executivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal (CEF) segue o objetivo de propor às instituições mecanismos que deem suporte ao crescimento do setor, além de conhecer as novidades.

O gerente de Clientes e Negócios da área de Estratégia de Produtos de Crédito Pessoa Física da Caixa, Luis Alberto Bartolomeu, anunciou uma novidade, que entra em vigor em setembro: o financiamento da mão de obra pelo Construcard. “A Caixa projeta um crescimento do comércio de material de construção, e o Construcard continuará sendo um aliado forte, atrativo para seus usuários”, declarou Bartolomeu.

Segundo ele, a instituição vem ouvindo as demandas dos lojistas e clientes pessoa física para determinar a necessidade de crédito, o que levou à remodelação do produto. Com esse objetivo, foi elaborada uma estratégia para alavancar a concessão de recursos: desde 16 de julho até 31 de agosto, os gerentes do banco

visitarão todos os 70 mil lojistas conveniados, além de prospectar novos, aos quais estão sendo oferecidos produtos específicos do setor, em condições financeiras diferenciadas.

Bartolomeu ouviu queixas dos empresários em relação às taxas de juros praticadas. O gerente revelou que, desde março, as taxas têm redução expressiva, partindo de 1,69% até o limite de 3,95%, por conta da queda da Selic – a taxa básica de juros da economia –, que proporcionou um custo menor nos empréstimos bancários. “A nossa expectativa é reduzi-la ainda mais nos próximos meses, em função da continuidade da redução da Selic”, disse Bartolomeu. “As questões envolvendo o cartão Construcard são constantes nas reuniões por ser um produto extraordinário, tanto para o varejo como para o atacado. Milhares de lojas o recebem, o que já mostra a sua relevância”, afirmou Cláudio Elias Conz.

Cartão BNDES

O superintendente da nova área de Fomento e Originação de Negócios do BNDES, Claudio Coelho Leal, apresentou a nova área que passou a coordenar no banco, criada em recente redirecionamento estra-



Claudio Leal, do BNDES, mostrou iniciativas para simplificar operações

tégico da instituição para se aproximar mais de clientes e parceiros. Leal mostrou aos empresários uma série de iniciativas que visam à simplificação de processos e agilização do trâmite de operações, no que se refere a taxas, prazos de financiamento e condições de acesso, entre outros. “Trata-se de um setor historicamente atendido pelo cartão BNDES e, por isso, chamou a atenção o pleito empresarial em relação à grande retração nos desembolsos do cartão. Explicamos ter sido uma decisão estratégica da nova Direção, em função de problemas enfrentados pelo principal repassador de recursos, que experimentou uma inadimplência crescente”, disse Leal. O banco vem, por conta disso, credenciando novos repassadores.

Fora do âmbito do cartão, ele ouviu reivindicações relacionadas a financiamentos mais amplos para outros negócios, como a expansão de lojas. Finalmente, o superintendente do BNDES disse ter anotado o pedido para que o banco simplifique o credenciamento de alguns itens que hoje não constam do portfólio de produtos do setor de materiais de construção.

Reforma tributária

A questão tributária também concentrou parte dos debates ao longo do encontro. O vice-presidente da Fecomércio-SP e diretor Financeiro da CNC, Marco Aurélio Sprovieri, questionou a burocracia que impacta o pagamento dos tributos no Brasil. Segundo ele, o tempo dispendido pelas empresas brasileiras na apuração de tributos e obrigações acessórias é mais do

que o dobro do necessário em comparação a países europeus e norte-americanos. “A simplificação é prioritária”, afirmou Sprovieri.

Também incomoda a questão da substituição tributária – mecanismo que acaba estimulando os fabricantes a vender direto para o consumidor porque, ao adotá-lo, só pagam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da fábrica, não saldando os demais impostos, que quem acaba pagando é o consumidor. Isso estimula a venda direta, via internet, por exemplo. “Essa complexidade pode causar problemas futuros, como sonegação fiscal e multas que certamente virão por essas diferenças tributárias entre cada unidade da Federação”, concluiu Sprovieri.

Congresso Nacional

A pedido do coordenador, Cláudio Elias Conz, o assessor legislativo da CNC Felipe Oliveira falou sobre as discussões no Congresso Nacional em relação à questão tributária. Ele informou que a Assessoria Legislativa da Confederação acompanha o tema em caráter prioritário, por seus reflexos na vida empresarial.

Oliveira revelou que, em encontros com a Assessoria Legislativa, o relator da reforma, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), sempre deixou claro que a intenção é aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC). A ideia básica é simplificar o atual sistema, o que, na opinião do parlamentar, permitiria a unificação de tributos sobre o consumo e seria a única forma de tirar o País da crise.

CBMC recebe o vice-presidente eleito, Hamilton Mourão

Representantes do comércio varejista de materiais de construção estiveram reunidos no último encontro do ano da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizado em 22 de novembro, na CNC em Brasília. A reunião contou com a participação do vice-presidente da República eleito, Hamilton Mourão, e a presença do presidente da CNC, José Roberto Tadros, e teve como pauta o impacto do comércio eletrônico no varejo e as previsões para o setor diante do novo cenário político do País.

O presidente do Sindicato do Comércio Atacadista, Importador, Exportador e Distribuidor de Material de Construção e de Material Elétrico no Estado de São Paulo (Sincomaco) e coordenador da CBMC, Cláudio Elias Conz, reforçou a importância do setor para a retomada do crescimento e os anseios do órgão consultivo da CNC para os próximos anos. “O maior efeito multiplicador na economia vem do nosso setor, pois, para cada nova casa construída, há a

compra de novos móveis, eletrodomésticos, etc. Por isso, é importante que o vice-presidente esteja aqui, aberto ao diálogo com o nosso grupo e propondo soluções”, disse.

O vice-presidente Mourão, por sua vez, atribuiu às taxas elevadas de um “caótico” sistema tributário o principal inimigo do setor varejista, além da incômoda situação econômica brasileira. “Nós estamos saindo de uma recessão econômica brutal, e por isso o nosso governo elege como prioridade reverter esse quadro rapidamente. É urgente a retomada da construção civil no País por meio de projetos factíveis, como os dos membros desta câmara. O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, tem uma visão muito clara sobre esse cenário e vai diminuir o peso do Estado, para permitir um ambiente mais favorável ao crescimento”, disse.

Por fim, Mourão se mostrou sensível aos desafios pautados na reunião e colocou o futuro governo à disposição do setor, destacando que “há muitos projetos da futura gestão ligados ao varejo de materiais de construção, desde grandes reformas rodoviárias até atividades do cidadão comum, como reformas residenciais”.

Em análise sobre a visita do vice-presidente à Confederação, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, considerou tratar-se de um reconhecimento do general Hamilton Mourão ao Sistema Comércio. “Entendo que sua presença demonstra apreço à nossa instituição”, enfatizou o dirigente.

Efeito Amazon

Ainda na reunião, o economista Antonio Everton, da Divisão Econômica da CNC, falou sobre as consequências, nos Estados Unidos, do chamado “efeito Amazon” sobre o emprego e o fechamento de estabelecimentos no varejo, referência à ação predatória da multinacional norte-americana especializada no comércio eletrônico e na distribuição de produtos on-line a preços competitivos. Ele afirmou que o comércio pela internet e a crescente digitaliza-

Imagem: Edgar Marra



Hamilton Mourão, José Roberto Tadros e Cláudio Elias Conz na Câmara de Materiais de Construção da CNC em Brasília

ção têm causado impacto na economia, particularmente nas lojas físicas.

Segundo ele, a chegada da Amazon, com toda a sua tecnologia e custos operacionais extremamente baixos para competir com a concorrência, implicou a necessidade de as empresas fazerem ajustes. Na prática, o impacto maior foi o fechamento de lojas físicas para que as empresas pudessem continuar sobrevivendo.

O economista esclareceu que as companhias que vêm fechando lojas nos Estados Unidos não vendem materiais de construção especificamente. “Em outras palavras, pode-se imaginar que, num primeiro momento, o impacto da chegada do ‘efeito Amazon’ não traria, no Brasil, tantos efeitos negativos para o setor, formado basicamente por micros e pequenas empresas (99,5%). O emprego no segmento acompanha esse quadro majoritário de pequenos empreendimentos. Em 2017, 82,1% da mão de obra trabalhava em micros e pequenos negócios de material de construção.”

O “efeito Amazon”, explicou, tem muito a ver com logística e e-commerce e é uma tendência mundial de consumo. “Quem compra cada vez mais prefere não sair de casa. Vai eventualmente a shoppings mais para desfrutar desses ambientes, que oferecem segurança, lazer e alimentação, em vez de propriamente ir às compras. Por isso, esses chamados templos de consumo vêm procurando se reinventar para atrair consumidores”, comentou.

Com isso, o comércio físico vem sofrendo cada vez mais pelo fato de os preços das lojas virtuais serem concorrentes, porque podem ser acessados via smartphone a qualquer momento, assim como existe a facilidade das compras via celulares, cada vez mais seguras. Dessa forma, o varejista, quando se depara com o cliente na sua loja, tem que enfrentar uma tática crescente de quem vai às compras: o preço já pesquisado em lojas on-line, seguido da barganha, visando à redução do valor da mercadoria – o que muitas vezes não é fácil nem possível conceder.

Imagem: Edgar Marra



Representantes debateram o impacto do comércio eletrônico no varejo e ouviram palestra do vice-presidente da República

Galeria de fotos

Imagem: Edgar Marra



Imagem: Aldemir Pereira

Imagem: Aldemir Pereira



Imagem: Aldemir Pereira



Imagem: Aldemir Pereira

CBTI



Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTI)

Coordenador
Francisco Saboya
Albuquerque Neto



Imagem: Christina Bocayuva

Quantidade total de integrantes:
19

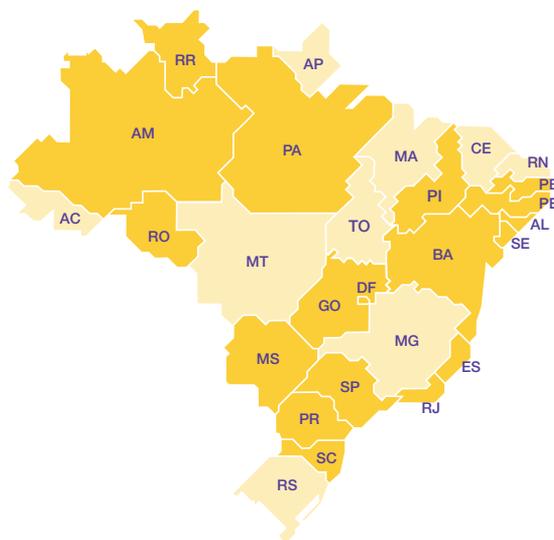
Outros integrantes:
• PORTO DIGITAL/PE

Reuniões em 2018:
21/03 – CNC/RJ
09/11 – CNC/RJ

Integrantes

- Canísio Hartmann
- Charles Dickens Ázara Amaral
- Denis Oliveira Cavalcante
- Edgar Segato Neto
- Everaldo Pinheiro Júnior
- Jamile Sabatini Marques
- Jean Paul Neumann
- Klerysson de Andrade Araújo
- Laércio Furtado Ferreira
- Leandro Peres Loureiro
- Luiz Sérgio Wozniaki
- Marcelo Tonato
- Marcos Vilela Fonseca
- Murilo Alves Neto
- Naira Maria da Silva Duarte
- Pablo Tomaz Heck
- Renato Muller da Silva Opice Blum
- Roger Dantas Barros

Estados integrantes do Sicomércio na CBTI



Objetivos identificados

- Refletir e aprofundar a compreensão dos impactos das novas tecnologias e redes sociais e de negócios sobre o comércio eletrônico; e
- Formular diretrizes para o desenvolvimento de serviços intensivos em tecnologias de informação e comunicação, a exemplo de marketplace e outras plataformas de comércio eletrônico, em prol do fortalecimento do comércio varejista brasileiro.

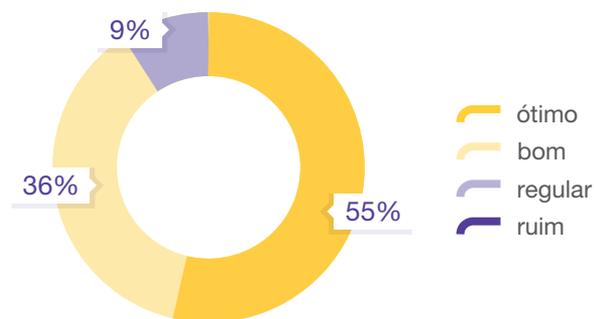
Temas abordados nas reuniões

- Mercados e Plataformas Digitais em Rede;
- Andamento dos Projetos de Lei priorizados em reuniões anteriores; e
- Impactos das novas tecnologias e redes sociais nos negócios.

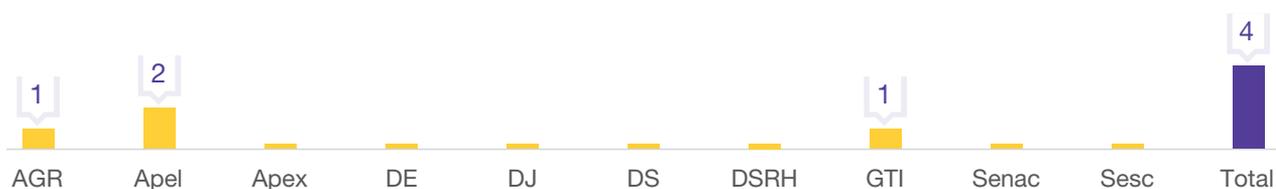
Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Participação das Áreas Técnicas na CBTI-2018



Comunicações da Câmara

Uso de plataformas digitais pelo comércio: um diferencial

Em reunião realizada dia 21 de março, no Rio de Janeiro, a Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTI) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) promoveu um debate entre seus membros acerca das plataformas digitais em rede e de como essas ferramentas podem ser aliadas dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo.

“É um tema atual e relevante para ser debatido em uma entidade como a CNC, que gera insumos para federações de comércio e para os sindicatos associados”, afirmou Francisco Saboya, coordenador da CBTI.

Com base na experiência de trabalhos desenvolvidos no parque tecnológico Porto Digital e sob a coordenação do professor e empreendedor na área de inovação Sílvio Meira, Saboya explicou que as plataformas são ambientes digitais que criam conexões simples e efetivas para que seus participantes possam compartilhar conteúdos, produtos e fazer negócios. Além disso, as plataformas são também sistemas de atração de produtores e consumidores, com capacidade para administrar fluxos de informações e troca de valores entre os participantes. “O desafio de hoje é sair de negócios verticais, baseados em proces-

sos analógicos informatizados, para negócios digitais, baseados em plataformas, com ou sem pontos físicos, e em rede”, complementou.

Mercados em rede

O conceito de mercados em rede também foi muito debatido pelos membros da CBTI. Saboya explicou que esses mercados são abstrações dos mercados físicos, um universo virtual em que os agentes (compradores e vendedores) têm que investir em conexões e habilitar sua capacidade de se relacionar e interagir com terceiros.

“Nestes tipos de plataforma cabem relações típicas das redes sociais. Quando navegamos no Trip Advisor, por exemplo, percebemos que os comentários e as interações são muito importantes. Ou seja, além dos rankings, a interação dos usuários influencia na hora de fazer um negócio”, explicou Saboya. “No mercado formal, estamos acostumados à figura do distribuidor exclusivo de algum produto ou serviço, com redes regionalizadas, típicas da economia industrial e analógica. A plataforma é um distribuidor virtual que integra e agrega consumidores, fazendo a interface entre produtores e mercados”, complementou.



Imagem: Cálso Chagas/CNC

Migração ou adaptação de negócios analógicos para o mundo digital pautou a reunião da CBTI

Impactos das novas tecnologias é tema de debate na CBTI



Imagem: Christina Bocayuva

Naira Maria, Francisco Saboya, Andrea Marins (CNC) e Marcos Fonseca (Fecomércio-GO)

Uma grande reflexão sobre os impactos das novas tecnologias e das redes sociais nos negócios foi a principal atividade da reunião da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTI) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizada em 9 de novembro, no Rio de Janeiro.

O coordenador da CBTI, Francisco Saboya, analisou os desdobramentos das eleições presidenciais brasileiras, cujo novo governo deverá priorizar, conforme já anunciado, a redução do déficit fiscal e do tamanho do Estado. “O contexto merece uma atenção nossa para além do nosso campo de atuação e, por isso, devemos pensar em como auxiliar não somente o desenvolvimento do comércio, como também das atividades internas, visando à sustentabilidade do Sistema Comércio”, afirmou.

Para Saboya, é preciso olhar para o futuro, especialmente no que diz respeito ao e-commerce. “Não podemos subestimar o e-commerce só porque hoje ele representa, no Brasil, 5% das transações comerciais. Esse percentual pode crescer e se tornar 30%

em alguns anos, a exemplo do que já ocorre na China, através de grandes plataformas digitais de comércio eletrônico como o Alibaba”, disse o coordenador, afirmando também que parte desses 5% atuais é capturada pelo mercado estrangeiro. “Nós corremos o risco de ver a contribuição ao comércio definhar. Cada vez mais somos menos competitivos nessa modalidade de comércio”, completou Saboya.

Novas experiências e tendências para o futuro

Apesar do crescimento do comércio eletrônico, isso não significa que as lojas físicas vão acabar, como enfatizou Jean Paul Neumann, da NTech Tecnologia da Informação. Segundo ele, as lojas físicas precisam se reinventar, pensando cada vez mais na experiência do consumidor. “A própria Amazon está comprando espaços físicos nos Estados Unidos, em centros comerciais, para continuar proporcionando a experiência do consumidor com os livros e outros produtos, mas dentro de um novo modelo de negócio”, disse.

Renato Opice Blum, presidente do Conselho de Tecnologia da Informação da Fecomércio-SP, destacou alguns dos pontos que serão os principais agentes da transformação digital no futuro, entre eles o avanço das criptomoedas, o maior risco de fraudes em transações eletrônicas, o crescimento de startups e também das fintechs – novas estruturas do mercado financeiro que ganham cada vez mais espaço e podem ser uma boa oportunidade para estimular o comércio eletrônico.

Blum também citou as novas formas de fazer publicidade e marketing em meio digital como forma de atrair mais clientes. “Cerca de 40% das pessoas são influenciadas em posts de redes sociais. É preciso ficar atento a essas novas formas de se fazer publicidade, especialmente investindo em influenciadores digitais”, explicou.

Para Roger Dantas, representante da Fecomércio-SE, boas estratégias de marketing digital é justamente o que falta para a maior parte do e-commerce brasileiro. “Não adianta só colocar um site no ar e esperar que os produtos se vendam sozinhos. Conheço vários casos de empresários que colocaram um site da sua loja na internet e tiveram prejuízo, mas justamente porque não conseguiram administrar corretamente o negócio virtual”, afirmou Dantas.



Imagem: Christina Bocayuva

Roger Dantas, da Fecomércio-SE

Automatização profissional

A necessidade de capacitar os profissionais do comércio em profissões voltadas para a tecnologia também foi debatida. Para Naira Maria da Silva, do Senac-BA, a automatização do mercado é um caminho sem volta. “É preciso fazer essa capacitação, tanto dos empregados como dos empreendedores do varejo”, avaliou.

Segundo estimativas para o futuro, o desemprego tecnológico deverá ser um problema enfrentado de forma global, gerando uma legião de pessoas “inempregáveis”. Para Francisco Saboya, não há nada que comprove que o desemprego tenha a ver com os avanços tecnológicos, sendo apenas uma questão de deslocar os empregados de um setor para outro. No entanto, faltam políticas que pensem a questão de forma séria e comprometida. “Que programas nós temos hoje para capacitar as pessoas que ainda poderão ser empregáveis em um cenário dominado por novas tecnologias?”, indagou.

Imagem: Christina Bocayuva



Renato Opice Blum, da Fecomércio-SP

Galeria de fotos

Imagens: Christina Bocayuva



CBCGal



Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGal)

Coordenador

João Francisco Micelli Vieira



Imagem: Paulo Negreiros

Integrantes

- Adriano Manoel dos Santos
- Alessandro Morbeck Teixeira
- Alexandre Dias de Andrade Furtado
- Álvaro Luiz Bruzadin Furtado
- Antonio Deliza Neto
- Antônio Righi
- Aureo Francisco Akito Ikeda
- Cesar Moro Tozetto
- Cesion do Nascimento Pereira
- Djalma Farias Cintra Júnior
- Douglas de Souza Soares
- Franklin Roosevelt de Oliveira
- Gilson de Deus Lopes
- Hervi Biancardi Alves
- Ivo José Zaffari
- José de Sousa Vieira
- José Reni Milanezi dos Santos
- Júlio Cezar Gasparelo
- Luís Antonio dos Santos
- Manoel Barbosa
- Marcio Milan
- Marcos Tasso
- Moacir Tavares dos Santos
- Napoleão Pereira Velloso
- Paulo Hermínio Pennacchi
- Regina Luppi
- Sérgio Murilo de A. Freitas
- Valmir Muller

Quantidade total de integrantes:

29

Outros integrantes:

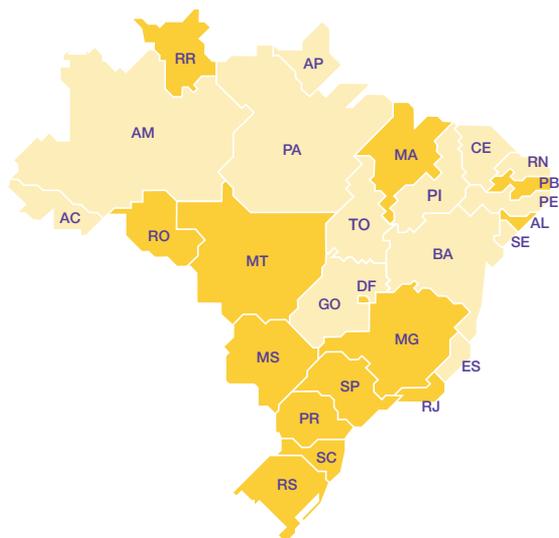
- ABRAS
- ADAC-SC
- ATACADÃO
- CARREFOUR
- CIA ZAFFARI
- FACEP-PE
- GRUPO PÃO DE AÇÚCAR
- SUPERMERCADO RIGHI

Reuniões em 2018:

13/06 – CNC/RJ

29/10 – CNC/DF

Estados integrantes do Sicomércio na CBCGal



Objetivos identificados

- Por meio da Assessoria Legislativa da CNC, acompanhar os Projetos de Lei referentes à categoria econômica de Gêneros Alimentícios;
- Alinhar e direcionar as ideias e diretrizes do segmento; e
- Assegurar às empresas melhores condições para gerar resultados positivos e desenvolvimento social.

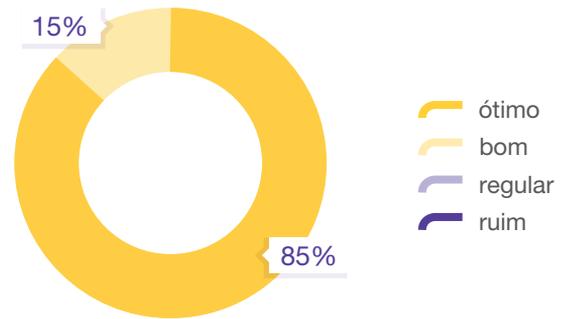
Temas abordados nas reuniões

- Logística Reversa de embalagens;
- Posição dos Sindicatos Laborais cobrando das empresas descontar dos empregados indistintamente as Contribuições: Sindical, Confederativa e Assistencial, estabelecidas em Assembleia;
- Decreto nº 9.127/2017 – Altera o Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, para incluir o comércio varejista de supermercados e de hipermercados no rol de atividades autorizadas a funcionar permanentemente aos domingos e aos feriados civis e religiosos: seus reflexos na negociação coletiva;
- Levantamento dos Projetos de Lei que afetam o setor de Gêneros Alimentícios;
- PL 9.345/2017 – Altera o art. 98 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para determinar que a dispensa de serviço, em razão de convocação pela Justiça Eleitoral, aos empregados de microempresas e empresas de pequeno porte corresponderá ao número de dias da referida convocação;
- Reforma Trabalhista;
- Papel do Sindicato nas várias modalidades de acordo coletivo;
- Intervalo intrajornada;
- Rescisão Contratual de comum acordo;
- Jornada 12 X 36;
- Ultratividade;
- Termo de Quitação contrato intermitente;
- Férias, feriados e domingos;
- Papel do Ministério do Trabalho;
- Nova Proposta de Reforma Tributária;
- PL 353/2011 – Dispõe sobre as atividades dos caixas de supermercado;
- PL 7.001/2017 – Determina aos supermercados e aos estabelecimentos congêneres a discriminação dos preços em braile;
- PL 4.906/2016 – Obriga os shoppings e os hipermercados a disponibilizarem área de lazer com brinquedos para crianças de até sete anos de idade, sem cobrança de taxa, nos termos que especifica;
- PL 7.289/2014 – Dispõe sobre a afixação de cartazes, com informações acerca de frutas e hortaliças, nos supermercados e demais estabelecimentos varejistas que comercializam esses produtos;
- PL 699/2015 – Proíbe a venda direta ao consumidor de carne previamente moída;
- PL 7.713/2017 – Obriga os estabelecimentos sujeitos a fiscalização sanitária a divulgar informações sobre a última fiscalização sanitária a que foram submetidos e determina que os estabelecimentos que manipulam alimentos instalem câmara de monitoramento na área de produção; e
- PL 8.565/2017 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de alimentos para fins especiais em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares.

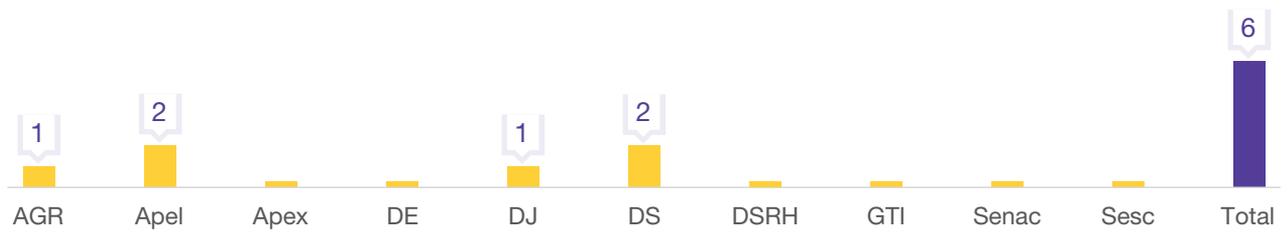
Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Participação das Áreas Técnicas na CBGal-2018



Comunicações da Câmara

Os impactos da reforma trabalhista nas negociações sindicais

A reforma trabalhista, instituída pela Lei nº 13.467/2017, trouxe mudanças para as relações de trabalho e também realizou indiretamente alterações nas relações sindicais. A Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGal), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), debateu, em 13 de junho, como as mudanças estão impactando as negociações sindicais, a extensão e os limites do negociado sobre o legislado. Além disso, trouxe também atualizações sobre temas como a logística reversa de embalagens e o acompanhamento de projetos legislativos.

Um dos pontos de debate foi que a modernização das Leis trabalhistas acabou com a obrigatoriedade do pagamento das contribuições sindicais patronal e laboral, agora condicionado à autorização prévia e expressa das empresas e dos trabalhadores. Os sindicatos do segmento de gêneros alimentícios relataram a dificuldade de realizar as convenções coletivas de trabalho (CCTs), pois os sindicatos laborais procuram incluir cláusulas obrigando as empresas a descontarem de seus funcionários a contribuição sindical,

sob o argumento de que a assembleia geral dos trabalhadores substituiria essa autorização prevista na Lei.

Segundo Álvaro Luiz Bruzadin Furtado, do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo (Sincovaga-SP), existe uma insegurança jurídica que precisa ser verificada. “Estamos vivendo problemas de conflito com os sindicatos. A jurisprudência indica que desconto de empregado só com autorização expressa e explícita, e os sindicatos dos empregados dizem que não, que as empresas não podem obstar ao exigir essa autorização. O que fazemos?”, informou.

Segundo esclareceu o advogado da Divisão Sindical da CNC Roberto Lopes, essa cláusula estaria transferindo uma obrigação do sindicato laboral para o patronal, e o desconto também pode ser questionado judicialmente. “O inciso XXVI do Artigo 611-B da CLT considera esse tipo de cláusula objeto ilícito de negociação, podendo ser anulada pelo Judiciário, pois o trabalhador não pode sofrer, sem sua anuência prévia e expressa, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecido em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. Nesse tipo

Imagem: Christina Bocayuva



Câmara de Gêneros Alimentícios da CNC tratou em reunião das mudanças trazidas pela Lei nº 13.467/2017

de situação, aconselho que a empresa ingresse com uma ação de consignação em pagamento e deposite em juízo o valor descontado dos trabalhadores, sob o fundamento de que está sendo compelida a descontar a contribuição sindical, diferentemente de como determina a Lei”, indicou Roberto Lopes. Ele completa, ainda, que o posicionamento da Justiça do Trabalho sempre foi o de anular essas cláusulas, citando o Precedente Normativo do Tribunal Superior do Trabalho (TST) nº 119.

Reforma trabalhista garante a negociação

A CBCGal convidou a doutora em Direito e desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) da 1ª Região, Vólia Bomfim, para falar sobre as principais alterações no direito material trazidas pela reforma trabalhista. Ela abordou temas como a ampliação da terceirização e o contrato de trabalho intermitente, focando também nas questões referentes à negociação coletiva. Com a nova lei, as convenções e os acordos coletivos ganham destaque nas negociações.

Para Vólia, com a reforma trabalhista os empresários ganham a oportunidade de trazer suas pautas para a negociação. “Cada empresa sabe o que é necessário e mais importante flexibilizar. O empresário tem que olhar para si, levar para o sindicato suas demandas e, a partir daí, apontar as prioridades”, sugeriu a desembargadora. Para ela, com o fim da vigência das normas anteriores, é o momento de “recomeçar a negociação com todos os pontos reivindicados por ambas as partes, não mais só pela pauta dos trabalhadores, mas também pela pauta dos empresários”.

Logística reversa de embalagens

A especialista executiva da CNC Cristiane Soares, da Assessoria de Gestão das Representações (AGR), fez um

breve relato sobre a logística reversa (LR) pós-consumo de embalagens em geral. Segundo Cristiane, apesar do investimento de mais de R\$ 2 bilhões feito pelos integrantes da Coalizão Embalagens, responsável pela LR de embalagens em geral, ainda falta um longo caminho para alcançar a meta de recuperar 20% das embalagens. Para ela, uma das dificuldades de avançar na LR está relacionada à não implementação dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, que estabeleceriam, entre outras atribuições do poder público, a coleta seletiva. Cristiane lembrou que a LR é um trabalho complementar à coleta seletiva. “Uma embalagem de lasanha não será descartada em partes pelo consumidor, separando a parte interna da externa, e entregue nos postos da logística reversa, mas a coleta dessa embalagem será realizada pela coleta seletiva municipal.”

Acompanhamento de matérias legislativas

Assessor legislativo Reiner Leite explicou que a Assessoria Legislativa (Apel) da CNC identificou 70 projetos de lei no Congresso que afetam a categoria, e quase 100% deles são prejudiciais, transferindo responsabilidades do Estado para os empresários e onerando a atividade. Leite sugeriu a criação de uma agenda legislativa positiva junto aos parlamentares, com um ato solene de entrega dessa agenda que identifica projetos que prejudicam o segmento. “Acho importante que a CBCGAL seja proativa, no sentido de propor projetos de lei”, disse o assessor.

Apoio à negociação

A chefe da Divisão Sindical da CNC, Patricia Duque, lembrou que a Confederação efetua o levantamento de convenções coletivas do comércio que são realizadas em todo o País e estão reunidas no Sistema de Negociação Coletiva do Comércio (SNCC). “Seria vantajoso vocês terem isso na mesa de negociação, para que haja parâmetros do que já é negociado”, ressaltou Patricia.

CBCGal conhece proposta mais simples de reforma tributária



Imagem: Paulo Negreiros

Bernard Appy propõe imposto com receita compartilhada entre União, estados e municípios

Os empresários que integram a Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGal) conheceram, em 29 de outubro, um modelo simplificado de estrutura tributária, cujo objetivo é melhorar o ambiente de negócios. A proposta foi levada à Câmara pelo economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

O CCiF propõe substituir os tributos existentes (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um do tipo Imposto sobre Valor Adicionado, denominado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com receita compartilhada entre a União, os Estados e os Municípios.

O IBS é não cumulativo, ou seja, em cada etapa do processo de produção e comercialização, tudo o que foi pago nas etapas anteriores é recuperado na forma de crédito, o que significa que, na prática, o imposto incide apenas nas vendas. Para migrar para esse modelo, o CCiF propõe duas transições.

Uma para as empresas e os consumidores, que levará dez anos. Nesse período, as alíquotas dos tributos atuais seriam reduzidas, e a alíquota do novo imposto seria progressivamente elevada. Haverá, de acordo com o economista, um impacto de redistribuição de receitas entre estados. Para mitigar esse impacto, o CCiF está propondo uma segunda transição, de 50 anos, na distribuição da receita entre estados e municípios. Com isso, será amenizada a resistência dos Estados perdedores à mudança que está sendo proposta.

Para o coordenador da CBCGal, João Francisco Micelli Vieira, as questões tributária e trabalhista são temas muito importantes para os empresários e exigem debate permanente sobre propostas de avanços para os negócios em geral e para o segmento em particular. “Queremos saber o que pensa o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o setor de gêneros alimentícios e, no Congresso, o que os parlamentares estão propondo que possa afetar nossa atividade”, afirmou.

Reforma trabalhista

O advogado Guilherme Köpfer detalhou pontos da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que completa um ano em novembro de 2018. Ele destacou o papel dos sindicatos nas várias modalidades de acordo coletivo. A reforma alterou o art. 620 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor que “as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho”.

Em relação à questão do intervalo intrajornada, a reforma trouxe duas mudanças significativas. A primeira, no art. 611-A, foi incluir a possibilidade de a convenção ou o acordo coletivo reduzir o intervalo intrajornada para 30 minutos. A segunda foi a alteração da redação do § 4º do art. 71 da CLT, que disciplina os efeitos decorrentes da não concessão ou redução do intervalo. Isso significa que, não concedido ou suprimido parte do intervalo, é devida a remuneração desse período com acréscimo de 50%.

O coordenador, João Micelli, comentou que, na área trabalhista, já são conhecidas as dificuldades que as empresas têm que enfrentar, mas que, com a reforma, houve muitos avanços para o setor empresarial.

Proposições legislativas

O assessor legislativo Reiner Leite falou sobre proposições que afetam a atividade empresarial. Ele destacou inicialmente o Projeto de Lei (PL) nº 353/2011, que dispõe sobre as atividades dos caixas de supermercado. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) manifestou-se pela rejeição da matéria, pois proíbe ao caixa de supermercado exercer a função de empacotador concomitantemente.

Quanto ao PL nº 7.001/2017, Leite considerou que foge à razoabilidade, por determinar a supermercados e a estabelecimentos congêneres a discriminação dos preços em braile.

“Fazer leis para prejudicar todo mundo faz. Quero ver fazer legislação para ajudar os empresários”, protestou o coordenador da CBCGal.

Logística reversa

O superintendente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Marcio Milan, relatou a conclusão da primeira etapa do Acordo Setorial de Logística Reversa de Embalagens em Geral. A Abras está reavaliando sua participação na segunda fase.

No encerramento da reunião, o coordenador, João Vieira, anunciou que convidará parlamentares para falar e ouvir argumentos e questionamentos do setor. “Vamos fazer isso agora com ainda maior intensidade, na medida em que há grande número de novos parlamentares”, concluiu.



Imagem: Paulo Negreiros

Integrantes da CBCGal debateram questões tributárias, trabalhistas e legislativas

Galeria de fotos

Imagem: Christina Bocayuva



Imagem: Christina Bocayuva

Imagem: Paulo Negreiros



Imagem: Christina Bocayuva



Imagem: Paulo Negreiros

CBCPave



Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave)

Coordenador
Wanderley Antonio Nogueira



Imagem: Christina Bocayuva

Integrantes

- Alberes Haniery Patrício Lopes
- Álvaro Pereira
- Erivelton Moura
- Francisco Jorge Neto
- Genésio Teles de Carvalho
- Gerson Nunes Lopes
- Helton Andrade
- Itamar Manso Maciel Júnior
- José Carlos de Santana
- José Lino Sepulcri
- Márcio Olívio Fernandes da Costa
- Ranieri Palmeira Leitão
- Rodrigo Francisco Araújo Carneiro
- Rodrigo Otávio Carvalho Moreira
- Sérgio Lúcio de Andrade
- Valdemir A. do Nascimento
- Walter de Oliveira

Quantidade total de integrantes:

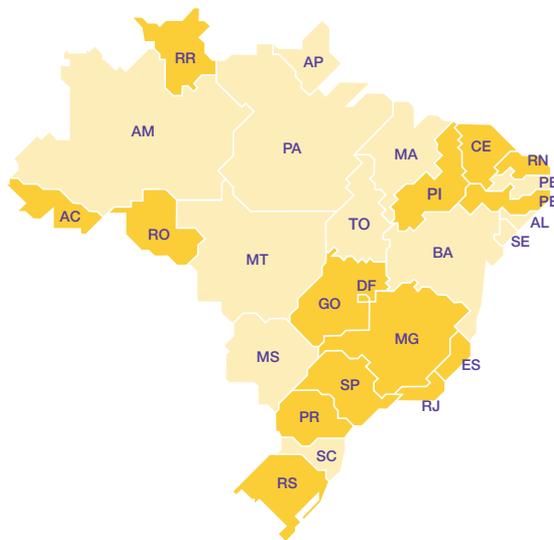
18

Reuniões em 2018:

03/05 – CNC/RJ

28/11 – CNC/RJ

Estados integrantes do Sicomércio na CBCPave



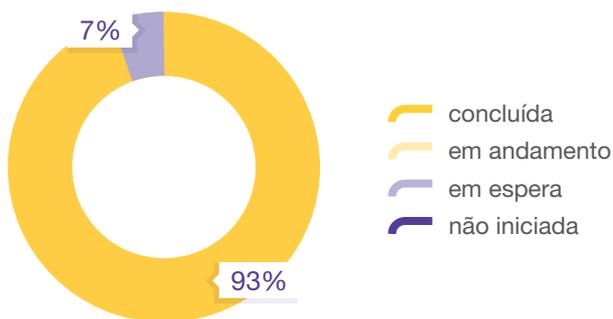
Objetivos identificados

- Manter os debates sobre as diferenças de Margem de Valor Agregado (MVA-ST) para Reposição, sobre a Lei dos Desmanches, bem como retornar as discussões sobre a Inspeção Técnica Veicular (ITV); e
- Acompanhamento das matérias legislativas de interesse do setor.

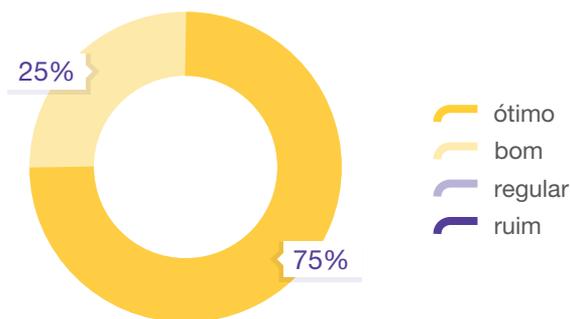
Temas abordados nas reuniões

- Desmanches;
- Reforma Trabalhista: posição dos Sindicatos Laborais cobrando das empresas descontar dos empregados indistintamente as Contribuições: Sindical, Confederativa e Assistencial, estabelecidas em Assembleia;
- PL 9.074/2017 – Dispõe sobre as revisões de veículo automotor fora das oficinas credenciadas ou autorizadas pelo fabricante;
- MVA-ST – Margem de Valor Agregado no Sistema de Substituição Tributária;
 - Decisões de suspender a ST em produtos automotivos em andamento em Goiás e Santa Catarina;
 - Lei Complementar 160/2017 “fim da guerra fiscal - Incentivos fiscais instituídos sem aprovação do Confaz” – Convênio ICMS 190/2017 – remissão dos créditos tributários;
 - Diferença de alíquota entre montadoras e mercado independentes;
- ITV – Inspeção Técnica Veicular;
- Cade;
- Rota 2030;
- Indústria 4.0;
- Convênio ICMS 190/2017 – Dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstuições;
- Câmara Temática Veicular – Contran; e
- Placas Mercosul.

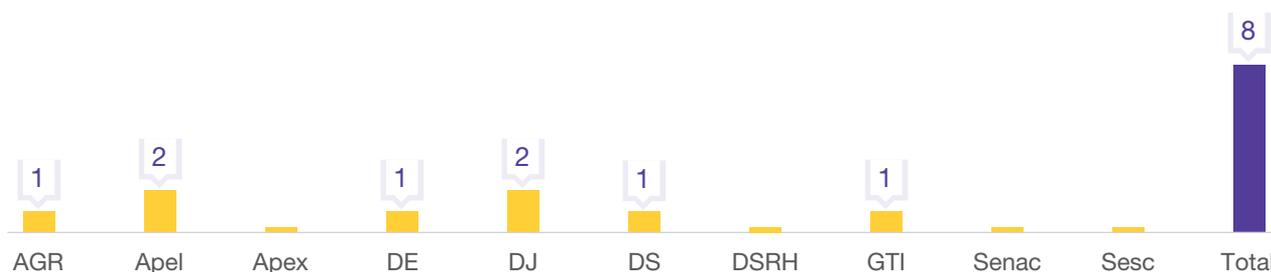
Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Participação das Áreas Técnicas na CBPave-2018



Comunicações da Câmara

CBCPave discute reformas

Imagem: Christina Bocayuva



Presidida por seu coordenador, Wanderley Nogueira, reunião contou com o apoio de assessores Jurídico, Executivo e Legislativo da CNC, que analisaram questões como a reforma trabalhista e as contribuições sindicais

Em reunião na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no dia 3 de maio, em Brasília, a Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave) enfatizou o debate na reforma trabalhista e na causa de suas alterações para orientação aos sindicatos patronais.

Contribuição sindical

A Lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista) alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no

que diz respeito à contribuição sindical, que passou a ser facultativa e condicionada à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, surgiram dúvidas sobre como proceder para o desconto, pelo empregador, da contribuição dos empregados (art. 582 CLT). Cabe ressaltar que os procedimentos para o desconto, pelos empregadores, da contribuição sindical na folha de pagamento dos seus empregados relativa ao mês de março de cada ano permanecem inalterados, mas condicionados à autorização prévia



Roberto Lopes, da CNC

e expressa destes (art. 582 CLT). Cada trabalhador deverá se manifestar individualmente perante a empresa, autorizando o referido desconto em folha de pagamento. “Essa é a regra que está em vigor”, explica Roberto Lopes, advogado da Divisão Sindical (DS) da CNC. Na hipótese de o sindicato do empregado requisitar diretamente à empresa o referido desconto, a CNC sugeriu às entidades integrantes do plano da sua representação sindical que orientem as empresas da seguinte forma: o sindicato laboral deve

encaminhar a relação individualizada com identificação dos empregados que autorizaram o desconto da contribuição sindical, incluindo número da matrícula na empresa, nome completo e unidade de lotação, além de apresentar cópia da autorização prévia e expressa de cada empregado listado no ofício, contendo sua assinatura. Vale dizer que o trabalhador deverá se manifestar individualmente perante a empresa autorizando o referido desconto em folha de pagamento. Segundo Lopes, “a reforma trabalhista não extinguiu a contribuição sindical, apenas a tornou facultativa”, daí a importância de a empresa emitir comunicado interno orientando seus empregados sobre como proceder para autorizar o desconto no salário do mês de março de cada ano.

Inspeção Técnica Veicular (ITV)

Debatido pelos membros da Câmara, outro tema de destaque foi a obrigatoriedade da Inspeção Técnica Veicular (ITV) periódica, prevista no Código de Trânsito Brasileiro. A Câmara defende a segurança e saúde dos motoristas, além de se preocupar com os efeitos poluentes causados por veículos.

O prazo previsto está de acordo com a Resolução nº 716 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), publicada em 8 de dezembro de 2017 e que institui o Programa de Inspeção Técnica Veicular. O objetivo, segundo o Ministério das Cidades, é evitar a ocorrência de acidentes por falta de manutenção.

Na resolução, os órgãos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal têm até o dia 31 de dezembro de 2019 para começar a exigir a inspeção técnica periódica dos veículos.

Câmara de peças e acessórios para veículos alinha ações para 2019

A Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave) reuniu seus membros no Rio de Janeiro, no dia 21 de novembro, para a última reunião do ano de 2018. A pauta do encontro propôs a análise e o debate de diversos temas de interesse recorrente do segmento representado pelo órgão consultivo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O vice-presidente Administrativo da Confederação, Luiz Gastão Bittencourt, participou da reunião. “Nosso intuito é fortalecer e dar continuidade aos trabalhos já realizados por esta câmara”, disse Gastão, enfatizando a importância de mobilizar a representatividade dos membros do grupo para agir de forma estratégica na defesa dos interesses do segmento. “Comprometo-me com os senhores a fortalecer o elo com a Presidência da Confederação”, reforçou. “Agradecemos o apoio”, respondeu o coordenador da CBCPave, Wanderley Nogueira, que conduziu os trabalhos da reunião.

Rota 2030

Entre os temas debatidos, Rita de Cássia do Nascimento, da Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da Confederação, falou sobre o Rota 2030 – Mobilidade e Logística, programa de políticas de fomento para o setor automobilístico. Rita informou que no dia 8 de novembro foi publicado, no *Diário Oficial da União*, o Decreto nº 9.557/2018, que regulamenta a Medida Provisória nº 843/2018, estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no País, instituindo o Programa Rota 2030 e dispondo sobre o regime tributário de autopeças não produzidas.

Segundo Rita, está previsto no artigo 31 do Decreto a instituição do conselho gestor dos recursos a serem alocados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e programas prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico para o setor automotivo e sua cadeia de produção, e a CB-

CPave pode contribuir. “O conselho gestor será regulamentado por meio de portaria, cuja minuta será colocada em consulta pública, para contribuições da sociedade. As contribuições da CBCPave poderão ser encaminhadas à Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio (ACBC), para estruturação e posterior envio à AGR para o encaminhamento à consulta”, afirmou. O coordenador da Câmara, Wanderley Nogueira, comprometeu-se a reunir as sugestões da Câmara para colaboração na iniciativa.

Incentivos fiscais via ICMS

A Lei Complementar nº 160/2017, que convalida os incentivos fiscais relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidos pelos Estados a empresas, foi um dos temas abordados na reunião. Ary Jorge, da Divisão Jurídica da Confederação, falou sobre o andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.902, ajuizada pelo governador do Amazonas, Amazonino Mendes, para questionar a compatibilidade com a Constituição Federal de dispositivos da Lei Complementar nº 160/2017 e de cláusulas do Convênio ICMS nº 190/2017, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A ADI aponta como inviável a convalidação de benefícios concedidos por outras unidades da Federação sem a observância do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, incisos VI e XII, alínea “g”, da Constituição Federal, e destaca a inconstitucionalidade da previsão de remissão dos créditos decorrentes do reconhecimento da inconstitucionalidade de benefícios fiscais no âmbito do ICMS. Além disso, ataca o artigo 2º da Lei Complementar nº 160/2017 e, em consequência, o Convênio ICMS nº 190/2017, que não observou o critério eleito pela Constituição Federal como indispensável à preservação do federalismo fiscal, qual seja, a necessidade de que todos os entes federados estejam concordes na concessão de benefícios fiscais.



Ao centro, o coordenador da Câmara da CNC, Wanderley Nogueira, conduz reunião realizada no Rio de Janeiro

Placas Mercosul

Izis Ferreira, economista da CNC, falou aos membros da CBCPave sobre a decisão e as resoluções do Conselho do Mercado Comum (CMC) e do Grupo Mercado Comum (GMC), órgãos máximos do Mercosul, que definem características, especificações técnicas, prazos e demais medidas para adoção da nova placa veicular pelos países-membros do bloco sul-americano. Segundo Izis, no Brasil é a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nº 729/2018 que propõe a unificação do processo de distribuição das placas e contempla regras e requisitos de credenciamento das empresas responsáveis pela produção das placas. “As novas placas deverão ser implementadas no Brasil até 1º de dezembro deste ano em veículos de carga e passageiros a serem registrados ou que estejam em processo de transferência de município/propriedade. Para veículos já emplacados, a troca é opcional, no momento. Toda a frota nacional deve-

rá estar no padrão Mercosul até dezembro de 2023”, apontou a economista.

Indústria 4.0

Carlos Cunha, da Gerência de Tecnologia da Informação da CNC, falou sobre a Indústria 4.0 e sobre a necessidade de adaptação e qualificação dos empresários para otimizar, em seus negócios, o aproveitamento dos avanços que a tecnologia possibilita atualmente. “Investir em inovação e em educação é uma das principais formas de reverter o cenário brasileiro”, apontou Carlos.

Ainda durante a reunião da CBCPave, o presidente do Sincopças-RJ, Rodrigo Otávio Carvalho Moreira, relatou a participação, em nome da Câmara, em reunião da Câmara Temática Veicular do Contran. Moreira destacou que foram debatidos temas como a adaptação de produtos para a diminuição de acidentes e o aumento da segurança no trânsito; e a comercialização de produtos de origem duvidosa.

Galeria de fotos



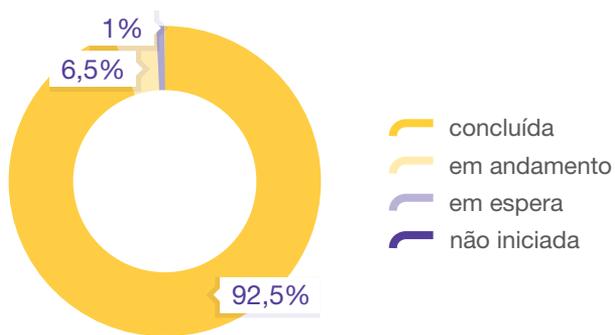
Imagens: Christina Bocayuva



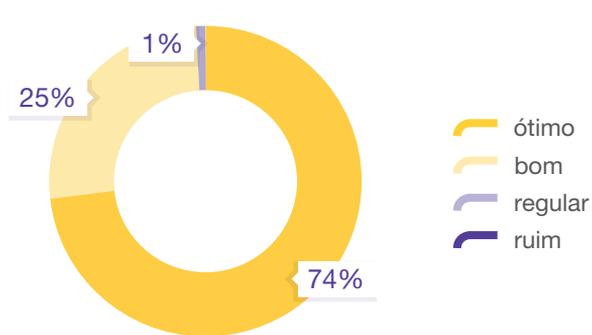
Informações Gerenciais



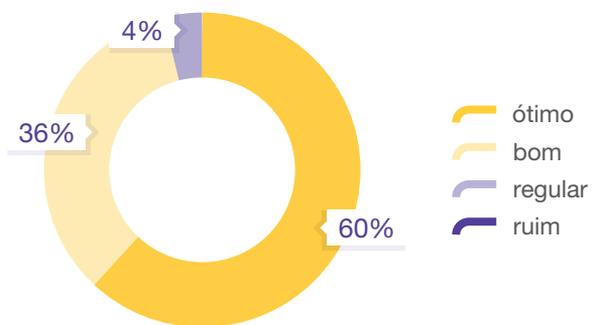
Gestão das proposições das Câmaras



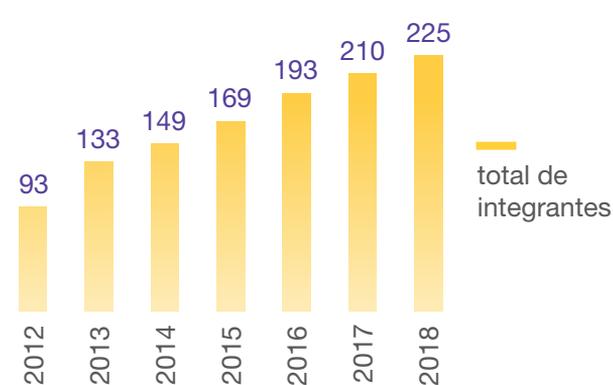
Avaliação geral das reuniões



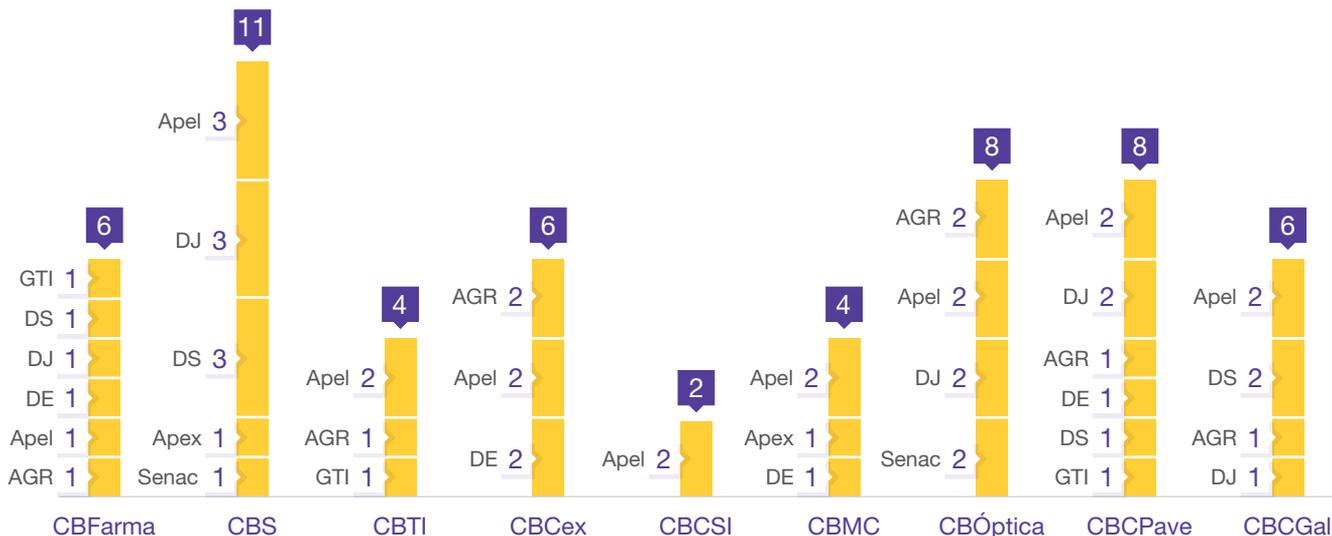
Atuação da CNC no tratamento das demandas das Câmaras



Evolução da Composição das Câmaras (2012-2018)



Acompanhamento da participação das Áreas Técnicas – 2018







www.cnc.org.br